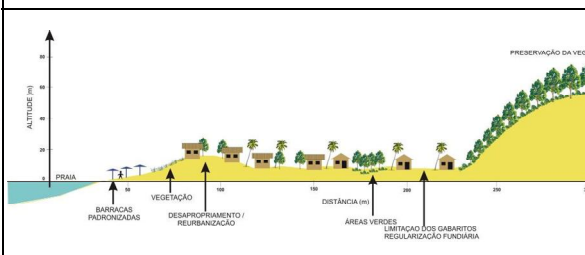
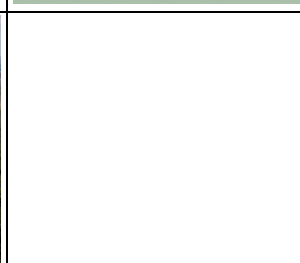
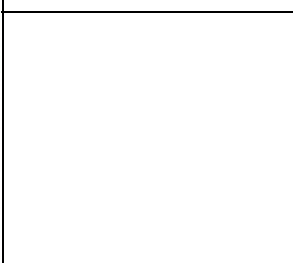
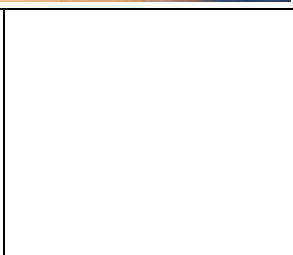


Projeto Orla
PLANO DE GESTÃO INTEGRADA
 DA ORLA MARÍTIMA DO MUNICÍPIO DE
MATARACA – PARAÍBA
 OUTUBRO DE 2010



Para
 aprovação
 na CTE



Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima - PROJETO ORLA
PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA MARÍTIMA DO MUNICÍPIO DE MATARACA - PB

Prefeitura Municipal de Mataraca - PB

João Madruga da Silva
Prefeito

Karine Lira Bessa
Vice Prefeito

Secretários e Órgãos Municipais Envolvidos

Jackson Ferreira Pereira
Chefia de Gabinete

Paulo de Tarso Correia de Araújo
Secretaria de Educação

Egberto Coutinho Madruga
Secretaria de Saúde

Antônio Madruga da Silva
Secretaria de Transporte e Obras

GRUPO DE TRABALHO - GT

Órgãos e Instituições Públicas

Prefeitura Municipal de Mataraca
Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba – SPU-PB
Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
Renováveis - IBAMA
Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual – IDEME
Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM
Agência Estadual de Vigilância Sanitária – AGEVISA
Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico
Federação das Associações de Municípios - FAMUP

Organizações Privadas e da Sociedade Civil

Pacific Hydro Energia do Brasil
Millennium Inorganic Chemicals Mineração Ltda
Gemmil Ltda.
ONG SOS Caranguejo Uçá
Colônia de Pescadores Z17 – Walfredo Madeiros da Costa
Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP
Associação de Pescadores
ABIH Litoral Norte

Instrutor
Organização/ Finalização do PGI

José Ariosvaldo dos Anjos Aguiar

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Carlos Minc Baunfeld
Ministro de Estado

Secretaria Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Ego Krakhecke
Secretaria

Alberto Lopes
Gerente de Projeto

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Paulo Bernardo
Ministro de Estado

Secretaria do Patrimônio da União (SPU)

Alexandra Reschke
Secretária

Coordenação Estadual do Projeto Orla - Paraíba

Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba – SPU-PB

Welison Araújo Silveira – Gerente
Ana Cristina Figueiredo de Carvalho
Sandra Maria de Freitas Figueiredo

Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA

Ariano Mário Fernandes Fonseca - Superintendente
Maria Betânia Matos de Carvalho
Verônica Silva Santos
Angelina Maria Mariz Pordeus
Maria Goreti M de Carvalho
Anderson Schulz Alvares

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4	8.3. Problema: Dificuldade de acesso a ARIE, para ônibus	26
1. INTRODUÇÃO	5	8.4. Problema: Ausência de recursos humanos para gestão da ARIE e o desenvolvimento do turismo.....	26
2. IDENTIFICAÇÃO DO EXECUTOR	5	8.5. Problema: Acúmulo de lixo no Estuário do Rio Camaratuba.....	26
3. OBJETIVO.....	5	8.6. Problema: Acesso precário à Barra de Camaratuba - feita por estradas de barro	27
4. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	5	8.7. Problema: Infra-estrutura turística deficitária	27
4.1. O município.....	5	8.8. Problema: Iluminação pública deficiente no núcleo urbano (REALIZADA).....	27
4.2. A área de intervenção.....	7	8.9. Problema: Ocupação/ utilização irregular das áreas do Patrimônio da União.....	28
4.3. Atributos naturais	8	8.10. Problema: Insegurança na área	27
4.4. Atributos paisagísticos.....	8	8.11. Problema: Dificuldades de acesso de pedestres à praia	28
4.5. Aspectos econômicos e sociais.....	9	8.12. Problema: Aterramento de lagoas e degradação de dunas para a implantação das torres de energia eólica	28
4.6. Aspectos e impactos ambientais.....	10	8.13. Problema: Alteração da paisagem natural com a presença das torres eólicas Erro! Indicador não definido.	
5. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO/ CLASSIFICAÇÃO	10	8.14. Problema: Poluição das lagoas por banhistas e usuários da área	28
6. CONFIGURAÇÃO LOCAL, POTENCIALIDADES, PROBLEMAS, ATIVIDADES GERADORAS E IMPACTOS.....	11	8.15. Problema: Cerceamento/ dificuldade de acesso e circulação à praia.....	29
6.1. Unidade I– Classe A – ARIE	12	8.16. Problema: Falta de infra-estrutura turística no local	29
6.2. Unidade II– Classe B - Barra de Camaratuba	13	8.17. Problema: Trafego de veículos pesados na beira mar para atividade mineral.....	29
6.3. Unidade III– Classe A - Lagoa da Pavuna	14	9. ESTRATÉGIAS DE LEGITIMAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO.....	30
6.4. Unidade IV– Classe B - Barra do Guajú	15	10. SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES.....	30
7. CENÁRIOS DE USOS DESEJADOS PARA A ORLA.....	16	10.1. Base legal existente	30
7.1. Unidade 1 - ARIE – PERFIL 1	16	10.2. Base institucional local para as ações previstas	33
7.2. Unidade 1 - ARIE – PERFIL 2.....	17	10.3. Fóruns de decisão existentes no município.....	33
7.3. Unidade 2 – Barra de Camaratuba - PERFIL 1.....	18	10.4. Bancos de dados e informações	33
7.4. Unidade 3 – Lagoa da Pavuna – PERFIL 1 – Área Sul	19	10.5. Referências bibliográficas.....	33
7.5. Unidade 3 – Lagoa da Pavuna – PERFIL 2 – Área Central	20	11. CRONOGRAMA GERAL (ARI)	34
7.6. Unidade 3 – Lagoa da Pavuna – PERFIL 3 – Área Norte.....	21		
7.7. Unidade 4 – Barra do Guaju – PERFIL 1 – Área Sul.....	22		
7.8. Unidade 4 – Barra do Guaju – PERFIL 2 – Área Central.....	23		
7.9. Unidade 4 – Barra do Guaju – PERFIL 3 – Área Norte.....	24		
8. AÇÕES E MEDIDAS – PROPOSTAS DE AÇÃO	25		
8.1. Problema: Esgotamento sanitário no local sem tratamento adequado.....	25		
8.2. Problema: - Reflorestamento inadequado – com espécies exóticas	25		

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mataraca-PB – Localização do município no Estado (xxx).....	5
Mapa 2 – Mataraca-PB – Inserção no litoral paraibano	6
Mapa 3 – Mataraca-PB – Mapa geral do município (IBGE, 2000).....	7
Mapa 4 – Mataraca-PB – Mapa geral da Orla – Divisão por Unidades	7

Apresentação

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla, é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente - MMA, em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União – SPU, e tem como finalidade contribuir, em escala nacional, para aplicação de diretrizes gerais de disciplinamento de uso e ocupação da orla marítima.

O seu desenho institucional se orienta no sentido de descentralizar as ações de planejamento e gestão da esfera federal para a municipal. E também articular órgãos estaduais de meio ambiente – OEMA's, Superintendências do Patrimônio da União estaduais – SPU's, administrações municipais, organizações não governamentais locais, órgãos e entidades do setor público e da sociedade civil relacionadas ao ensino, ao turismo, a questões fundiárias, a atividades econômicas específicas, cuja atuação tenha rebatimento destacado no espaço da orla e seu entorno.

São objetivos estratégicos do Projeto Orla: o fortalecimento da capacidade de atuação e articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla; o desenvolvimento de mecanismos institucionais de mobilização e participação da sociedade civil nessa gestão integrada e o estímulo às atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da orla.

A Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba – SPU-PB, a Superintendência de Administração do Meio Ambiente – SUDEMA, em nível estadual, e a Prefeitura Municipal de Mataraca se integraram, num trabalho de coordenação, articulação e cooperação interinstitucional, no repasse e aplicação prática da metodologia estabelecida para o Projeto Orla, com o envolvimento da sociedade civil, além da importante contribuição de outros órgãos e instituições locais, estaduais e federais, cujo esforço de todos resultou na elaboração do presente Plano.

Mataraca, maio de 2010.

1. Introdução

O Plano de Intervenção na Orla Marítima de Mataraca - PB foi elaborado a partir das discussões desenvolvidas entre os meses de maio e novembro de 2009, com participação efetiva de representantes do setor público local e de segmentos da sociedade civil, além de órgãos que integram a Comissão Técnica Estadual - CTE do Projeto Orla. O Plano tem como base os levantamentos das condições atuais de uso e ocupação da orla, integrando-se a outros instrumentos estratégicos existentes de atuação na área.

A elaboração deste Plano tem como referência a estrutura estabelecida pela metodologia do Projeto Orla, em nível nacional, com a delimitação, caracterização e diagnóstico da área de intervenção para, a partir daí, formular os cenários atuais, as tendências e os cenários desejáveis para os diferentes trechos da orla.

Na sequência do trabalho foram identificados os conflitos existentes em cada trecho da orla, os problemas e impactos a eles relacionados e, definidas conjuntamente as ações e medidas necessárias à gestão sustentável de cada um deles.

Foram estabelecidas, ao final, as estratégias para a legitimação do Plano, as articulações necessárias à implementação das ações previstas bem como a sistemática para seu monitoramento, avaliação e revisão.

2. Identificação do Executor

Executor

- Prefeitura Municipal de Mataraca

Co-Executores

- Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba – SPU-PB
- Superintendência de Administração do Meio Ambiente – SUDEMA-PB

Parceiros potenciais

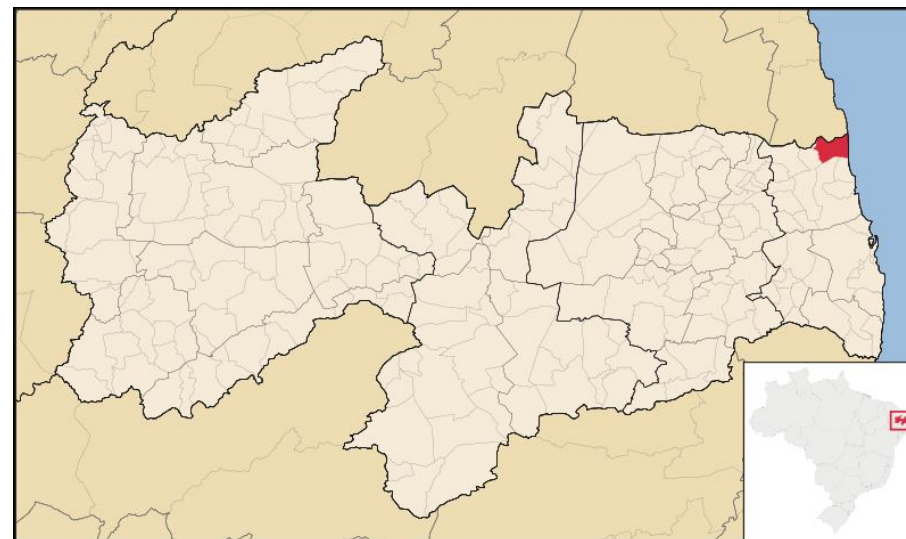
- Pacific Hydro Energia do Brasil
- Millennium Inorganic Chemicals Mineração Ltda
- Gemmil Ltda.
- ONG SOS Caranguejo Uçá

3. Objetivo

O Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima - PGI de Mataraca-PB objetiva o estabelecimento de diretrizes e linhas de atuação para a área, a definição de responsabilidades dos atores envolvidos, visando prevenir, regular, corrigir e/ou amenizar os impactos sobre o ambiente natural e o patrimônio público causados pela intervenção em geral desordenada, ilegal ou imprópria. Define um novo modelo de gestão e diretrizes de ordenamento de uso e ocupação que orientem a utilização e o desenvolvimento sustentável do espaço litorâneo objeto deste Plano.

4. Localização da área de intervenção

4.1. O município



Mapa 1 – Mataraca-PB – Localização do município no Estado (xxx)

O município de Mataraca está localizado na Microrregião Mataraca e na Mesorregião Mata Paraibana, situado no litoral norte do Estado da Paraíba, nordeste brasileiro. Sua área é de 174 km². A sede do município, localizada fora da área de estudo, tem uma altitude aproximada de 14 metros distando 60,8 Km da capital. O acesso é feito, a partir de João Pessoa, pelas rodovias BR 101/PB 065, com distância rodoviária de 100 km até a sede do município.

Mataraca foi criada em 1963. A população total é de 7.299 habitantes (Estimativa IBGE 2009). Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.573, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano-PNUD, 2000.

O município está inserido na unidade geoambiental dos Tabuleiros Costeiros. Esta unidade acompanha o litoral de todo o nordeste, apresenta altitude média de 50 a 100 metros.

O clima é do tipo Tropical Chuvoso com verão seco. O período chuvoso começa no outono tendo início em fevereiro e término em outubro. A precipitação média anual é cerca de 1.800 mm.

Mataraca está situada nos domínios das bacias hidrográficas dos rios Guaju e Camaratuba. Os principais tributários são: os rios Guaju, Jardim, do Meio, do Coelho, Catu, Mataraquinha, da Pitanga e Camaratuba, além do riacho do Carreiro. O principal corpo de acumulação é a Lagoa das Negras. Todos os cursos d' água do município têm regime de fluxo perene.

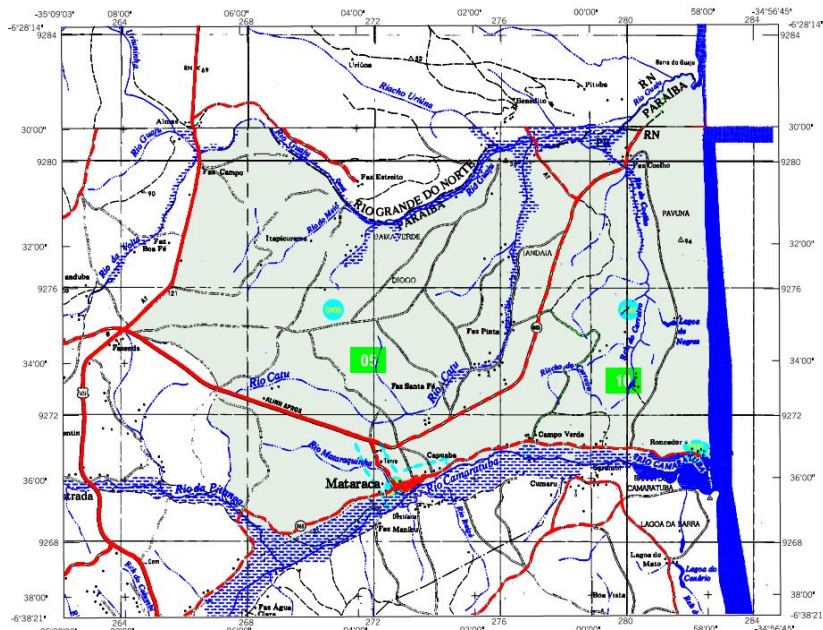
Além da área urbana da sede do município há um pequeno núcleo urbano com característica singular situado à beira-mar, mais ao sul, próximo ao rio Camaratuba. Com influencia da cultura indígena e presença de uma colônia de pescadores, a população tradicional convive com veranistas e pessoas de outras localidades que adotaram o local para viver.

Possui praias abertas protegidas com cordões de arrecifes de arenitos, além de lagoas costeiras, cordões de dunas litorâneas, paleodunas, estuários, manguezais, vegetação fixadora de dunas, de porte herbáceo, arbustivo e arbóreo.

O município conta com aproximadamente 14 km de extensão de orla entre a foz do Rio Camaratuba e a do Rio Guaju



Mapa 2 – Mataraca-PB – Inserção no litoral paraibano



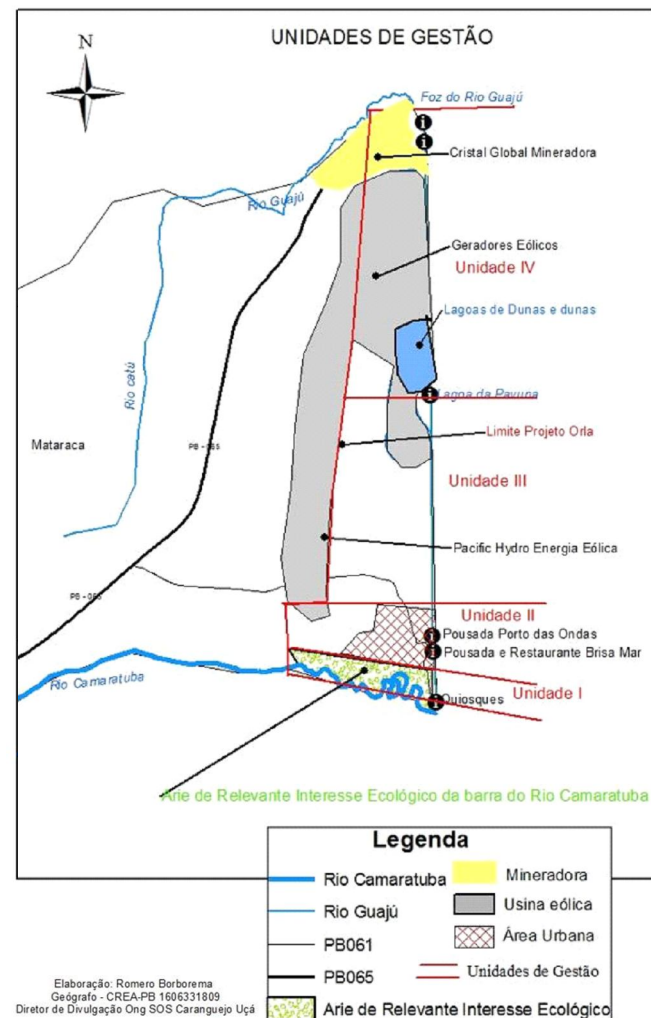
Mapa 3 – Mataraca-PB – Mapa geral do município (IBGE, 2000)

A economia do município se concentra nos seguintes setores:

- Atividades relacionadas com a pesca tradicional;
- Atividades de pecuária extensiva
- Atividades agrícolas de subsistência, em especial aquelas relacionadas com a produção de cana-de-açúcar;
- Atividades relacionadas ao turismo de sol e mar, ainda incipiente, possuindo algumas pousadas, bares e restaurantes;
- Atividades de exploração mineral, com extração de ilmenita, rutilo, zirconita e cianita, e produção de cerca de 138 mil toneladas/ano e areia quartzosa com uma produção anual de 2.800 toneladas.
- Recentemente, atividade de produção de energia eólica com a instalação de torres para produção de energia, com um total de 73 unidades, produzindo aproximadamente 55 MW/ano.

4.2. A área de intervenção

A extensão da área objeto de intervenção do Plano de Gestão Integrada, delimitada também em mapa, compreende todo o litoral do município de Mataraca, desde a foz do Rio Camarutuba, ao sul, até a Barra do Rio Guajú, ao norte, divisa com o Estado do Rio Grande do Norte



Elaboração: Romero Borborema
Geógrafo - CREA-PB 1606331809
Diretor de Divulgação Ong SOS Caranguejo Uçá

Mapa 4 – Mataraca-PB – Mapa geral da Orla – Divisão por Unidades

4.3. Atributos naturais

No limite sul do litoral de Mataraca, que possui em torno de 14 km de extensão, temos o estuário do rio Camaratuba com seu manguezal característico, seguido de uma área urbanizada e de uma área de provável expansão urbana, que foram definidas como Unidades I e II. Até esse ponto temos aproximadamente dois quilômetros. No trecho citado ocorrem dunas baixas, com no máximo 15 metros de altura. Essas elevações situam-se junto à praia até uma distância máxima que não ultrapassa cem metros. Seguindo para o continente, há uma planície arenosa que termina na base do grupo barreiras, onde existe uma falésia morta com altitude de aproximadamente 50 a 60 metros acima no nível do mar. Essa planície se estende até aproximadamente 500 metros no trecho da área urbanizada. Seguindo para norte, a falésia morta vai aproximando-se da praia e reduzindo a largura da planície, vai ficando mais baixa até desaparecer dando lugar às dunas mais elevadas que se sobrepuseram ao grupo barreiras.

A partir do local onde ocorre o predomínio das dunas na superfície, verifica-se uma planície irregular, com terraços marinhos holocênicos (10.000 anos até o tempo atual), também denominado Neodunas, com altitude máxima de até 45 metros acima do nível do mar, seguido de terraços marinhos pleistocênicos (1,8 milhão de anos até 10.000 anos passados), também chamado de Paleodunas, com altitude máxima de 92 metros. Esses pontos mais elevados situam-se mais ao norte, na Unidade IV. A profundidade desses terraços é variável. Existem locais onde a Paleoduna está a 100 metros da praia, em outros locais ele pode estar a mais de 300 metros.

Em alguns pontos a Neoduna não está totalmente fixada, ainda existindo movimentação de massas de areia, especialmente na região da lagoa da Pavuna e foz do rio Guaju.

A partir de aproximadamente quatro quilômetros da foz do rio Camaratuba, na Unidade III, ocorrem lagoas freáticas, que são depressões escavadas pelo vento, situadas na área das Neodunas, onde o nível do terreno intercepta o lençol freático, formando lagoas, algumas temporárias. Essas lagoas ocorrem também na unidade IV, até aproximadamente 3 quilômetros da Foz do rio Guaju.

Esses corpos hídricos não são todos interligados, apenas em anos com precipitações ao redor de 2.000 mm elas chegam a formar um espelho único. Nesse período ocorre o fluxo gênico dos organismos aquáticos, com a colonização dos corpos hídricos temporários. Em anos com baixas precipitações a maioria dos corpos hídricos fica reduzida a poças de lama e

junco, como foi o caso do ano de 1993, quando choveu apenas pouco mais de 1.000 mm no ano.

A água desses corpos hídrico é de cor escura, (cor de refrigerantes tipo cola) em função da presença de ácidos húmicos e fúlvicos, que contribuem decisivamente para a redução do PH, em torno de 4,5 e do oxigênio dissolvido baixo, em trono de 3,5 mg/litro, o que é limitante para a vida aquática. A principal lagoa, a lagoa da Pavuna, possui saída para o mar, formando um pequeno estuário, localizado na Unidade IV. É para esse ponto de extravasamento que escoam as águas quando as lagoas transbordam.

Nos últimos três quilômetros do litoral, dentro da Unidade IV, o grupo barreiras volta a elevar-se, aflorando em alguns pontos, porém com altitudes baixas, que não impediram a formações de dunas. Nesse último trecho, houve movimentação da duna litorânea (Neoduna) para mineração, sendo a mesma reposta e revegetada, encontrando-se hoje, em vários estágios de recuperação. Já a Paleoduna encontra-se ainda sendo lavrada, um pouco mais distante da praia.

No final da Unidade IV temos a foz do rio Guaju. Esse rio, recentemente, sofreu uma alteração natural do canal principal de acesso ao estuário, fato que não ocorria há, pelo menos, trinta anos.

Junto à foz do rio Guaju temos dunas altas próximo à praia, as mais elevadas também foram movimentadas pelo processo de mineração existente no local e hoje já estão estabilizadas pela vegetação.

4.4. Atributos paisagísticos

Os principais atributos paisagísticos do litoral de Mataraca são os manguezais, as dunas e as lagoas freáticas.

Os manguezais, além da beleza natural, possuem valor ecológico para a fauna e econômico para as populações tradicionais, que dele retiram boa parte do alimento, na forma de peixes crustáceos, moluscos, etc.

Já as dunas possuem elevado valor cênico, em função das lindas paisagens que as elevações e vales proporcionam.

A maior parte das dunas, especialmente as Paleodunas, possui vegetação fixadora de porte médio, chamadas de Mata de Restinga, formando um verdadeiro tapete verde sobre elas. Já as Neodunas possuem cobertura vegetal mais rala, baixa e menos diversa, chamada de Restinga Arbustiva, que possui grande importância ecológica.

Finalmente as lagoas freáticas proporcionam uma bela paisagem, tendo como pano de fundo o “manto” vegetal proporcionado pelas Paleodunas. Alguns desses corpos hídricos prestam-se a balneabilidade, porém a maioria, possui baixa profundidade e intensa colonização de vegetação aquática, o que inviabiliza essa prática. São pontos de habitat e forrageamento para aves e outros organismos aquáticos, apesar do baixo nível de oxigênio dissolvido.

Na porção sul da Unidade III e norte da Unidade IV, foram instalados 73 geradores de energia eólica que, apesar de produzir a chamada energia limpa, alterou o aspecto cênico da paisagem natural, incorporando a mesma as torres com cerca de 70 m de altura e hélices de 24 m de extensão.

4.5. Aspectos econômicos e sociais

A orla do município de Mataraca tem sua economia pautada na exploração de minérios, na pesca artesanal, no turismo sol e mar e, mais recentemente, na produção de energia eólica.

A principal atividade de exploração de minérios está localizada no trecho da orla situada no extremo norte, próximo ao rio Guaju, com extração de ilmenita, rutilo, zirconita e cianita, já há algumas décadas. Possui todo um sistema planejado de exploração, reposição e revegetação da área, minimizando os impactos causados ao ambiente. O maior retorno econômico desta atividade para o município se dá através dos impostos que são gerados.

Existe também, como atividade mineradora, a exploração de areia retirada de forma artesanal, do rio Camaratuba, situado no limite sul do município, que acontece já há vários anos.

A pesca artesanal, atividade econômica tradicional, tem ainda sua importância relativa na área, principalmente pela geração de ocupação e renda para os pescadores do município.

No turismo se destacam eventos pontuais como carnaval e a festa religiosa de São Pedro no meio do ano. No período de final de ano – alta estação – há uma ocupação por um grande número de turistas e veranistas. No núcleo urbano Barra de Camaratuba, único em toda a orla, além das moradias da população tradicional de pescadores, verifica-se a presença de inúmeras casas de veraneio – segunda residência – que, a exceção da alta temporada, permanecem grande parte do ano fechadas.

Entre os anos de 2007 e 2008 uma atividade econômica pontual movimentou a economia local decorrente da implantação de aerogeradores na área da orla. Foram criados cerca de 570 postos de trabalho durante o período

de construção das torres dos aerogeradores. Uma melhoria da via de acesso ao distrito foi efetuada para facilitar o transporte dos equipamentos.. Pousadas e residências foram utilizadas para alojamento de pessoal além da utilização do comércio local para a compra de produtos. Ocorreu também na área o arrendamento de terras para instalação das torres e equipamentos necessários à produção de energia elétrica.

A produção de energia eólica é, portanto, uma atividade econômica recente na área da orla, através dos aerogeradores que foram instalados. Esta atividade não tem propiciado trabalho e renda para a população local. O retorno econômico para o município se dá através dos impostos que são gerados e pelo arrendamento das áreas utilizadas para o desenvolvimento da atividade.

Apesar da exploração de minérios, da energia eólica e de possuir um grande potencial para o ecoturismo, as atividades econômicas desenvolvidas na orla, mesmo com grande valor agregado, ainda não conseguiram ampliar as oportunidades de trabalho e renda, nem trazer melhorias significativas das condições de vida da população de Barra de Camaratuba, hoje com cerca de 900 habitantes.

A maior parte da população sobrevive basicamente da pesca artesanal e dos programas assistenciais dos governos federal e municipal. A agricultura canavieira complementa a renda de uma parte da população que se ocupa durante a colheita que se estende por três ou quatro meses. As atividades de exploração de minérios na orla empregam cerca de 15 habitantes do Distrito. As três pousadas existentes empregam outras 15 pessoas. O comércio resume-se a três estabelecimentos: dois mercadinhos e uma padaria que juntos empregam cerca de cinco moradores. Estas estimativas têm como referência o ano de 2009.

4.6. Aspectos e impactos ambientais

Dotado de uma paisagem natural rara e diversificada, a orla de Mataraca apresenta aspectos ambientais peculiares na utilização dos seus recursos naturais.

Contemplada com uma imensa riqueza em recursos naturais existem dois grandes tipos de exploração dos recursos na área de abrangência do projeto Orla. A primeira, e mais antiga, é a mineração, que é responsável pela alteração de um grande número de dunas que foram totalmente reconstruídas e reflorestadas pela própria mineradora que as explora.

A segunda, a geração de energia elétrica, que se utiliza da matriz eólica, explorando assim, os fortes ventos registrados na orla do município. Durante a implantação dos geradores eólicos, dunas foram terraplanadas, fixadas, fragmentadas, desmatadas, compactadas, tiveram sua morfologia e topografia alteradas, pois se fez necessário uma rede de vias de acessos para o transporte de cada um dos aerogeradores e a construção de uma base que resguardasse essas estruturas da erosão eólica.

Existe também próximo à comunidade Barra de Camaratuba uma unidade de conservação municipal, categorizada como ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico) que protege todos os remanescentes da fauna e flora em torno do estuário do Rio Camaratuba. Próximo ao estuário, verifica-se a existência de quiosques e banheiros, que são utilizados pela comunidade e turistas, principalmente na alta estação.

5. Síntese do diagnóstico/ classificação

Na visita de campo, foram identificados atributos naturais, aspectos paisagísticos, potencialidades econômicas e turísticas da orla, formas de uso e ocupação do solo e os impactos ambientais a eles inerentes, conforme explicitado nos tópicos que se seguem.

Cada segmento da orla que apresenta um conjunto de características físicas homogêneas foi definido como Unidade de Paisagem pelo Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do Plano. Assim, neste estudo, a Orla de Mataraca foi dividida em quatro unidades, constantes do Mapa 4, com delimitações em relação à extensão, conforme a seguir.

A **Unidade 1** compreende uma área situada entre a barra do rio Camaratuba, divisa de Mataraca com o município de Baía da Traição e o limite entre a ARIE e o povoado Barra de Camaratuba.

A **Unidade 2** esta situada entre a divisa da ARIE com o povoado de Barra de Camaratuba e a estrada de acesso à Gemmil.

A **Unidade 3** composta de uma área que vai da estrada de acesso à Gemmil ao marco limite da área da Millenium (Cristal Global).

A **Unidade 4** está situada entre o marco limite da área da Millenium (Cristal Global) e a barra do rio Guaju, limite com o estado do Rio Grande do Norte.

Em relação à largura da área de intervenção do PGI, foram definidos os seguintes marcos:

- na faixa terrestre, delimitada pela linha de barreiras e dunas ao longo de toda orla, situadas entre 100 a 600m da praia e ,
- na zona marinha, até a isóbata de 10 metros.

Esta delimitação da área do projeto poderá sofrer ajustes posteriores, a partir de discussão no Comitê Gestor local e na Comissão Técnica Estadual, desde que estudos e projetos demonstrem sua relevância para a execução do Plano.

Unidades da Orla de Mataraca – Delimitação e Classe

Unid	Nome do Trecho	Delimitação	Classe
U1	ARIE	Da foz do rio Camaratuba até o limite da ARIE	A
U2	Barra de Camaratuba	Do limite da ARIE até a estrada de acesso à GEMIL	B
U3	Lagoa da Pavuna	Da estrada de acesso à GEMIL até o marco limite da Millenium (Cristal Global)	A
U4	Barra do Guaju	Do marco limite da Millenium (Cristal Global) até a barra do rio Guaju	B

Classe A – apresenta baixíssima ocupação, com paisagens com alto grau de originalidade e baixo potencial de poluição. A preservação e conservação das características e funções naturais devem ser priorizadas.

Classe B – apresenta de baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente antropizadas e médio potencial de poluição. Os usos são compatíveis com a conservação da qualidade ambiental e os que trazem baixo potencial de impacto, devem ser estimulados.

OBS: Foram definidas pelo grupo 4 unidades distintas, cada uma com trecho único. Por serem únicos os trechos não serão mencionados.

6. Configuração local, potencialidades, problemas, atividades geradoras e impactos

Os quadros a seguir contêm, de cada unidade, a configuração do local, suas potencialidades, os problemas existentes, as atividades geradoras desses problemas, os impactos e efeitos associados e se existem projetos públicos previstos ou em implantação.

As informações resultantes foram frutos de um trabalho exaustivo, realizado entre os meses de maio e outubro de 2009, através de reuniões realizadas em Barra de Camaratuba pelo Grupo de Trabalho - GT do Projeto Orla de Mataraca-PB, além das visitas a campo pela equipe. Contou com a participação de representantes da Prefeitura, da Câmara Municipal, das pousadas, das empresas atuantes no local, dos pescadores, de ONG's, além da SUDEMA, da SPU-PB, de outros órgãos estaduais e federais e de instituições de ensino.

As informações trabalhadas pelo GT e consolidadas neste Plano foram discutidas, ajustadas e aprovadas por um grupo representativo do setor

público e sociedade civil local, que participou da Oficina II do Projeto Orla, realizada em agosto de 2009, na comunidade Barra de Camaratuba. Os ajustes e correções posteriores foram aprovados em reunião realizada no mês de novembro de 2009, ficando a cargo do instrutor a tarefa de organização do material e produção do documento final.

Esse trabalho, portanto, traduz o pensamento daquele grupo quanto às ações e intervenções a serem realizadas na orla de Mataraca, a partir das informações obtidas sobre a realidade local. Tem como propósito o adequado ordenamento do uso e ocupação do solo, como requisito norteador das ações relativas ao incremento do turismo local, das atividades de exploração da área, das medidas de preservação do meio ambiente, visando o desenvolvimento sustentável da orla e melhoria da qualidade de vida de seus moradores e usuários.

Nas páginas seguintes, os quadros com as informações sistematizadas para cada unidade, elaborados tendo como referência a metodologia definida para projeto Orla.

6.1. Unidade I- Classe A – ARIE

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Orla exposta ▪ Mar com ondas fortes ▪ Barra do rio com áreas tranquilas para banho ▪ Não urbanizada ▪ Área de relevante interesse ecológico ▪ Atividade mineradora no estuário – extração de areia ▪ Utilização como balneário e atividades de lazer ▪ Existência de estrutura turístico-de apoio ao turista - quiosques ▪ Presença de vegetação nativa ▪ Paisagem com grande valor ambiental e cênico ▪ Presença de manguezal ▪ Foz do rio Camaratuba ▪ Pesca artesanal 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilização do espaço para o turismo ecológico – área de praia, de manguezal ▪ Balneário e atividades de lazer ▪ Trilhas ecológicas ▪ Passeios de barco pelo estuário do Rio Camaratuba 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Esgotamento sanitário no local sem tratamento adequado ▪ Reflorestamento inadequado – com espécies exóticas ▪ Tráfego de veículos pesados na beira mar ▪ Dificuldade no acesso à ARIE para ônibus ▪ Ausência de recursos humanos capacitados para as atividades de turismo e gestão ambiental da ARIE ▪ Acúmulo de lixo no Estuário do Rio Camaratuba por traz das residências 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Águas servidas de quiosques e banheiros sanitários ▪ Plantio de espécies exóticas ▪ Forma de transporte do minério. ▪ Portão na entrada do ARIE e estrada sem conservação ▪ Pouco incentivo ao turismo e recursos financeiros escassos (público e privado) ▪ Usuários da área e moradores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Poluição do ecossistema/manguezal ▪ Impactos visual e paisagístico ▪ Impacto ao meio ambiente, risco de acidentes ▪ Limitação de acesso e trânsito de ônibus de turismo ▪ Turismo insustentável e sem perspectivas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa de educação ambiental (a articular) ▪ Mapeamento e roteirização das trilhas (a articular) ▪ Projeto para elaboração de Plano de Manejo (a articular) ▪ Projeto de capacitação de guias turísticos (em negociação) ▪ Implantação do Centro de Proteção do Caranguejo Uçá.



http://www.barradecamaratuba.com.br/media/imagens_about/BARA_DE_CAMARATUBA_-_FOTO_DIRCEU_TORTORELLO_3.jpg

Barra do Rio Camaratuba – Orla de Mataraca à esquerda



http://www.barradecamaratuba.com.br/media/images_beachs/I3.jpg

Barra do rio Camaratuba - Quiosques



http://www.barradecamaratuba.com.br/media/imagens_about/bara_de_camaratuba_-_foto_dirceu_tortorello_6.jpg

Barra de Camaratuba – Vista do mangue, rio e mar

6.2. Unidade II – Classe B - Barra de Camaratuba

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Praia exposta / linear ▪ Praia com micro dunas e vegetação herbácea fixadora de dunas ▪ Mar com ondas fortes ▪ Presença de desova de tartaruga ▪ Mata matriz fragmentada ▪ Recife de arenitos ▪ Utilização como balneário ▪ Área em processo de urbanização ▪ Comunidade tradicional de pescadores ▪ Casas de veraneio ▪ Existência de pousadas, bares e restaurantes ▪ Acesso a ARIE 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Balneabilidade das praias ▪ Área propícia à prática de surf e outros esportes oceânicos ▪ Desenvolvimento de turismo ecológico e sustentável ▪ Balneário e atividades de lazer ▪ Construção de hotéis e pousadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acesso precário à área feita por estradas de barro ▪ Infra-estrutura turística deficitária ▪ Tráfego de veículos pesados na beira mar ▪ Inexistência de saneamento básico ▪ Dificuldade de controle da porteira da ARIE para acesso de veículos ▪ Ruas sem pavimentação ▪ Iluminação do espaço público deficiente ▪ Ocupação/ utilização indevida de áreas do Patrimônio da União ▪ Ausência de cadastro de imóveis da área de Patrimônio da União ▪ Problemas de segurança na área 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ausência de transporte regular para a área ▪ Dificuldade de manutenção sistemática das estradas ▪ Ausência de um plano de desenvolvimento turístico ▪ Forma de transporte do minério ▪ Ausência de recursos para investimentos em infra-estrutura da área ▪ Falta de estrutura adequada de recepção na ARIE. ▪ Utilização de terrenos sem consultas ao Patrimônio da União ▪ Ausência de posto/ efetivo policial. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dificuldade de mobilidade e restrição do acesso à área ▪ Dificuldade de utilização da área como atração turística ▪ Poluição por vazamento de óleo dos veículos ▪ Destruição das dunas e vegetação nativa ▪ Poluição da área por esgoto doméstico e riscos à saúde ▪ Risco de atropelamento de usuários da praia ▪ Dificuldade de acesso a ARIE e respectiva praia por ônibus ▪ Aumento dos problemas de segurança pública ▪ Conflito entre comunidade local e turistas ▪ Privatização e restrição de uso das áreas de uso comum do povo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto de drenagem ▪ Pavimentação parcial. - calçamento da casa de farinha? ▪ Implantação de oficinas de artesanato ▪ Posto avançado da ONG na Barra do Rio Camaratuba para venda de artesanato e passeios turísticos ▪ Mapeamento e roteirização de trilhas ecológicas ▪ Atividades de educação ambiental



http://www.barradecamaratuba.com.br/media/imagens_about/BARRA_E_CAMARATUBA_FOTO_DIRCEU_TORTO_RELLO_0001_3.JPG

Núcleo urbano Barra de Camaratuba



Ariosvaldo Aguiar

Núcleo urbano Barra de Camaratuba – Vista da praia



Ariosvaldo Aguiar

Núcleo urbano Barra de Camaratuba

6.3. Unidade III– Classe A - Lagoa da Pavuna

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Praia exposta / linear ▪ Mar com ondas fortes ▪ Área de ventos abundantes ▪ Área não urbanizada ▪ Micro dunas e vegetação herbácea fixadora de dunas ▪ Grandes dunas ao fundo, no limite da área em estudo, com vegetação nativa ▪ Presença de lagoas ao pé da barreira e manguezais ▪ Área de grande beleza cênica ▪ Trecho da área com presença de torres de energia eólicas ▪ Utilização como balneário 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Turismo ecológico e sustentável ▪ Balneário ▪ Produção de energia eólica ▪ Potencial mineral 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aterramento de lagoas e degradação de dunas para a implantação das torres de energia eólica ▪ Alteração da paisagem natural com a presença das torres eólicas ▪ Áreas de preservação permanente e de reserva legal, cercadas, dificultando a circulação de pessoas e o acesso à praia ▪ Circulação de veículos pesados na faixa de praia ▪ Poluição das lagoas por banhistas e usuários da área 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Forma de implantação das torres eólicas ▪ Extração e transporte de areia ▪ Balneário ▪ Falta de planejamento – uso e ocupação do solo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Degradação do meio ambiente e destruição de ecossistemas ▪ Desvalorização do potencial turístico. ▪ Queda dos preços das terras ▪ Privatização de espaços públicos ▪ Restrição do acesso à praia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento turístico.



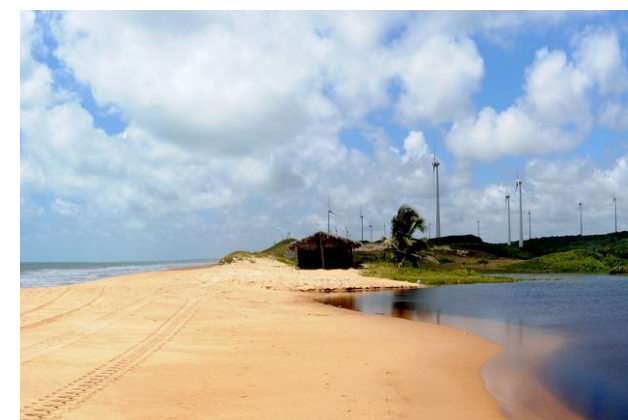
http://www.barradecamaratuba.com.br/media/imagens_about/BARA_DE_CAMARATUBA_-_FOTO_DIRCEU_TORTORELLO_4.jpg

Vista da orla



http://www.barradecamaratuba.com.br/media/imagens_beachs/IMG_0624web.jpg

Vista da praia de das torres eólicas



<http://patrimoniode.todos.gov.br/gerencias-regionais/spu-pb/pontos-turisticos-da-paraiba/lagoa-da-pavuna/image>

Vista da praia e lagoa da Pavuna com torres eólicas ao fundo

6.4. Unidade IV- Classe B - Barra do Guaju

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Orla exposta /linear ▪ Mar de fortes ondas ▪ Presença de lagoas ao pé da barreira e manguezais ▪ Micro dunas e vegetação herbácea ▪ Grandes dunas ao fundo, no limite da área em estudo, com vegetação nativa ▪ Área de grande valor cênico ▪ Barra do rio Guajú ▪ Área não urbanizada ▪ Área com cessão de uso para extração de minérios ▪ Ação de recuperação ambiental na área já explorada ▪ Parte de área não explorada, como reserva ambiental ▪ Trecho da área arrendada para geração de energia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilização para exploração de minérios ainda por 10 anos. ▪ Vocação para turismo ecológico ▪ Implantação de trilhas ecológicas ▪ Baixo potencial de urbanização ▪ Atividades de balneário e lazer 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dificuldade de acesso e circulação pela praia ▪ Fluxo de turismo incipiente pela dificuldade de acesso ▪ Falta de infraestrutura e segurança no local ▪ Alteração da paisagem nativa com a presença das torres eólicas ▪ Degradação de dunas pela atividade de mineração 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atividade da mineradora ▪ Topografia desfavorável. - glebas lineares acima de 1 km ▪ Existência de APP e área de reserva legal ▪ Falta de planejamento urbano (uso e ocupação do solo) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dificuldade de acesso a áreas públicas ▪ Limitação da exploração turística da barra do rio Guaju ▪ Degradação ao meio ambiente e insegurança ao turista ▪ Perda potencial de arrecadação de impostos pelo turismo e geração de emprego e renda para a população local 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano de fechamento da mineração – médio prazo ▪ Trilha ecológica / off road (em estudo)



<http://mw2.google.com/mw-panoramio/photos/medium/39917432.jpg>

Trecho de praia próximo ao rio Guaju



<http://mw2.google.com/mw-panoramio/photos/medium/2719072.jpg>

Barra do rio Guaju



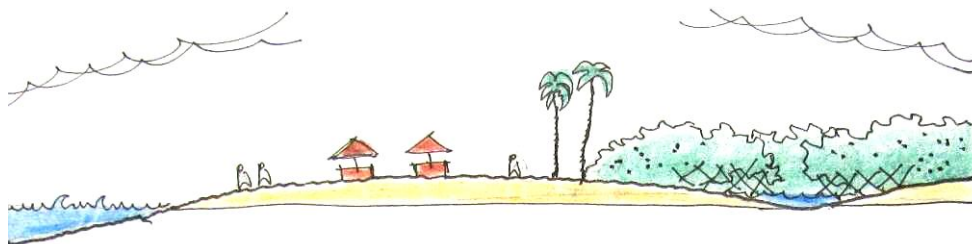
<http://mw2.google.com/mw-panoramio/photos/medium/10338634.jpg>

Barra do rio Guaju com torres eólicas ao fundo

7. Cenários de usos desejados para a orla

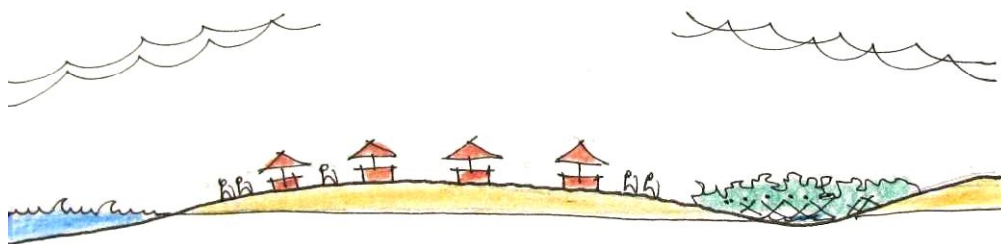
7.1. Unidade 1 - ARIE - PERFIL 1

SITUAÇÃO ATUAL



- Presença de quiosques
- Esgotamento sanitário precário
- Utilização como balneário
- Utilização do espaço em atividades festivas
- Impacto ambiental em pequena escala, tanto do rio quanto do manguezal
- Circulação de veículos à beira-mar

TENDÊNCIA



- Ampliação de quiosques e barracas
- Aumento do fluxo de banhistas
- Poluição da área por esgoto e lixo, do rio e manguezal
- Intensificação do uso em eventos e atividades festivas
- Ampliação do impacto ao meio ambiente e redução do manguezal
- Aumento de circulação de veículos à beira-mar

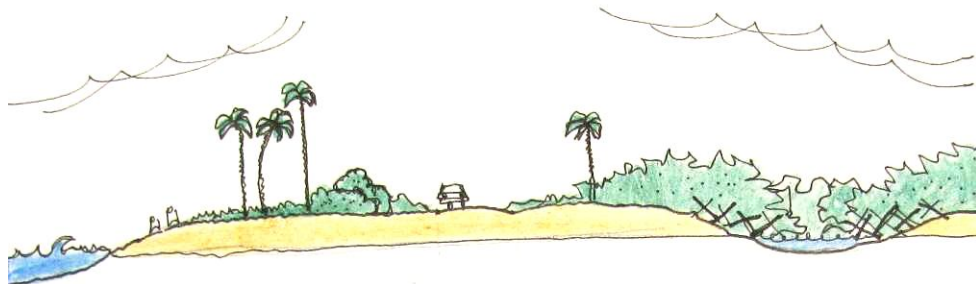
SITUAÇÃO DESEJADA



- Disciplinamento do uso e ocupação da área
- Utilização como balneário com consciência de preservação
- Saneamento ambiental – esgoto e lixo – adequado na área
- Realização de atividades e eventos em dimensões compatíveis com as exigências ambientais da área
- Preservação/ conservação dos aspectos ambientais e cênicos existentes
- Restrição da circulação de veículos à beira-mar

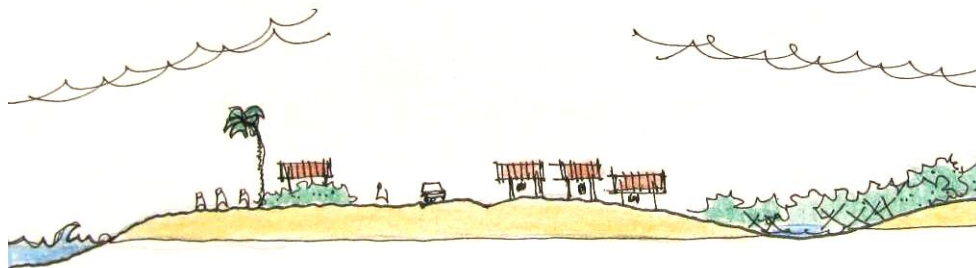
7.2. Unidade 1 - ARIE – PERFIL 2

SITUAÇÃO ATUAL



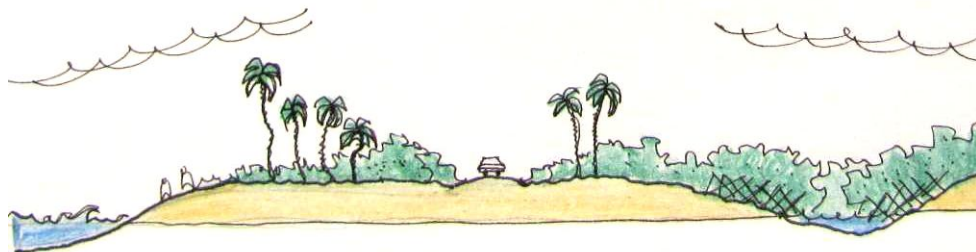
- Via de acesso de veículos precária até a foz do rio Camaratuba
- Dificuldade no controle de acesso a área, por ônibus
- Ocupação irregular com algumas edificações esparsas de moradores
- Vegetação exótica na área
- Poluição da área e, em especial, do manguezal
- Circulação de veículos à beira-mar

TENDÊNCIA



- Alargamento e ampliação da via de acesso até o rio Camaratuba
- Acesso a área por veículos, sem critério nem controle
- Ampliação da ocupação com edificações irregulares
- Degradação ambiental da área
- Intensificação da poluição e degradação do manguezal
- Ampliação da circulação de veículos à beira-mar

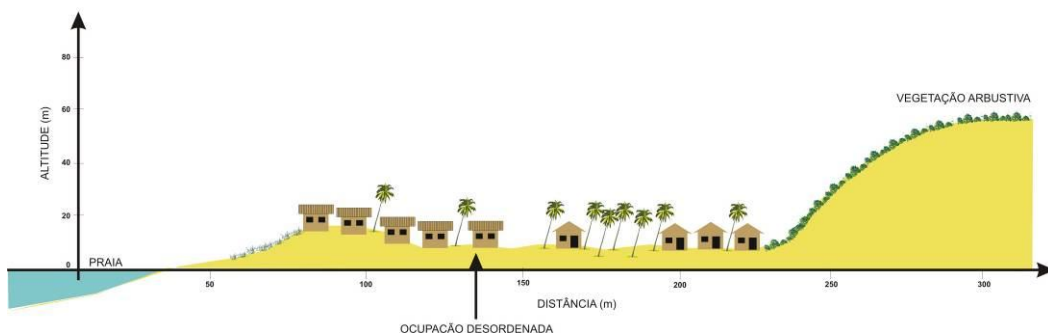
SITUAÇÃO DESEJADA



- Melhoria e conservação da via de acesso até o rio Camaratuba
- Organização do controle de acesso de veículos a área
- Disciplinamento do uso e ocupação do solo e de instalação de edificações no local
- Preservação/ conservação dos aspectos ambientais e cênicos existentes
- Restrição da circulação de veículos à beira-mar

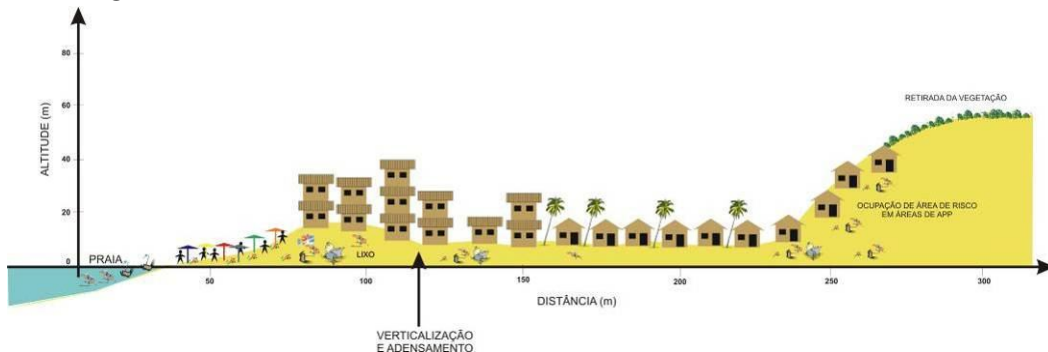
7.3. Unidade 2 – Barra de Camaratuba - PERFIL ÚNICO

SITUAÇÃO ATUAL



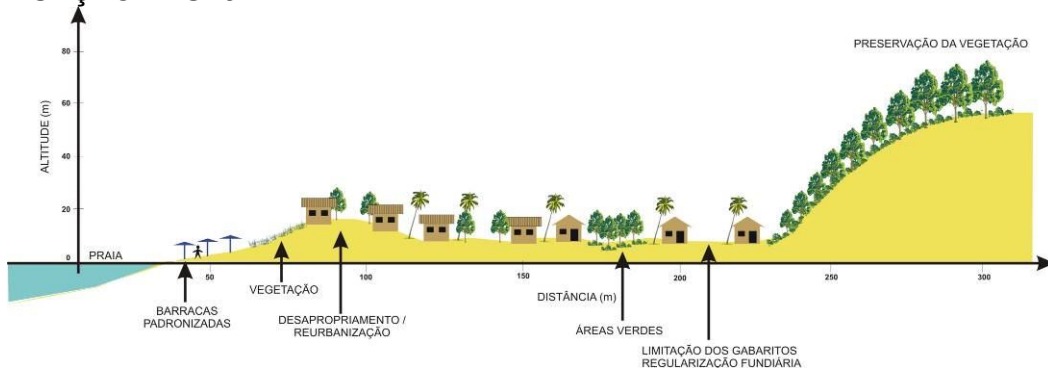
- Utilização da área como balneário
- Área em processo de urbanização
- Limitação do número de acessos de pedestres à praia
- Falta de uma estrutura de apoio ao turismo
- Ausência de cadastro e normas para o adequado uso e ocupação do espaço
- Presença de veículos pesados na área de praia
- Acesso precário ao núcleo urbano

TENDÊNCIA



- Intensificação da ocupação irregular de áreas públicas por edificações
- Aumento da insegurança na área
- Degradação da beira-mar pelo aumento do fluxo de veículos na área
- Lixo na beira-mar e poluição ambiental

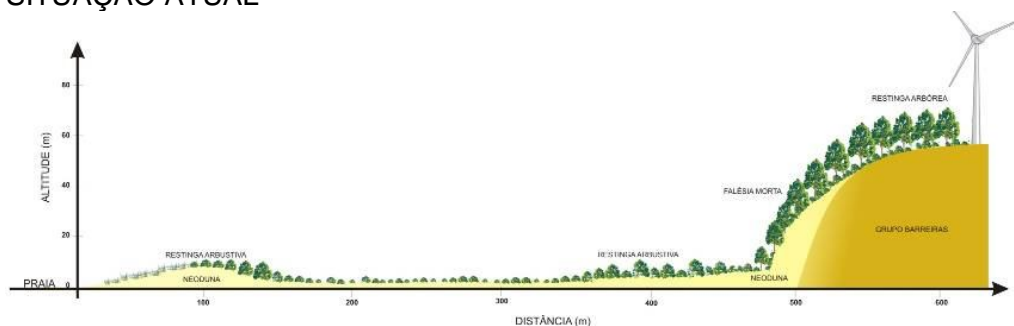
SITUAÇÃO DESEJADA



- Melhoria das condições de acesso ao núcleo urbano
- Instalação de infra-estrutura de suporte ao turismo local
- Implementação de esgotamento sanitário na área
- Melhoria e manutenção do sistema de iluminação pública
- Regularização e normatização do uso e ocupação do solo
- Aumento do número de acessos de pedestres à praia

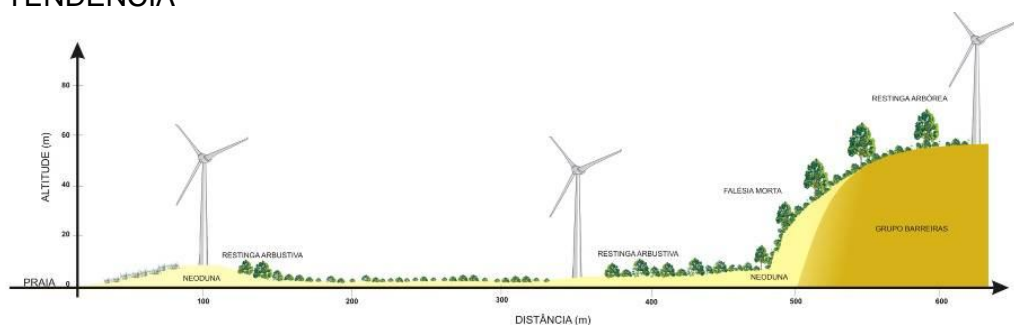
7.4. Unidade 3 – Lagoa da Pavuna – PERFIL 1 – Área Sul

SITUAÇÃO ATUAL



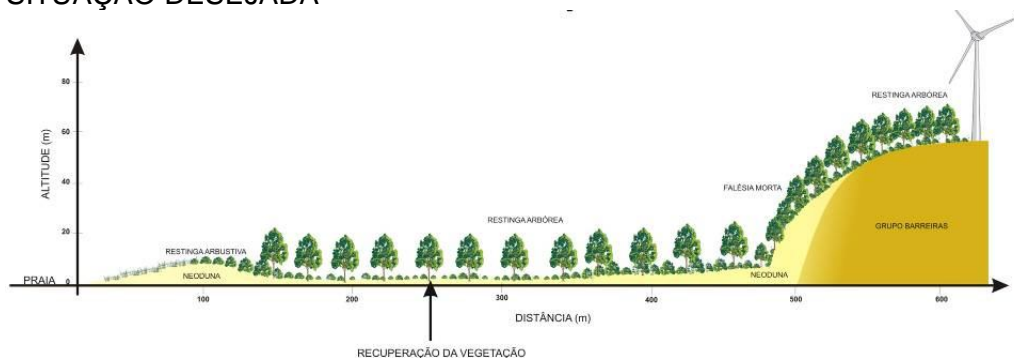
- Área não urbanizada
- Presença de micro dunas e vegetação herbácea fixadora de dunas
- Presença das torres eólicas com alteração da paisagem, aterramento de lagoas e degradação de dunas
- Circulação de veículos pesados na faixa de praia
- Dificuldade de circulação de pessoas e acesso à praia através da área de preservação permanente e de reserva legal

TENDÊNCIA



- Instalação de mais torres eólicas
- Degradação do meio ambiente e destruição de ecossistemas
- Privatização dos espaços públicos
- Desvalorização do potencial turístico
- Intensificação da presença de veículos na faixa de praia
- Aumento da restrição de acesso e circulação de pessoas à praia

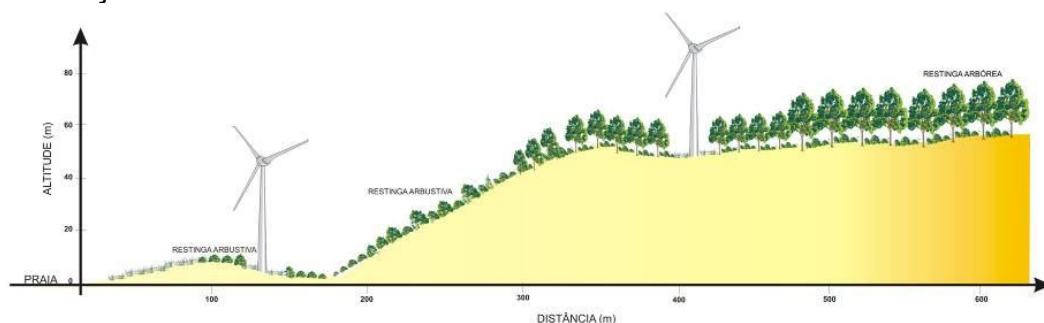
SITUAÇÃO DESEJADA



- Disciplinamento da utilização e ocupação dos espaços, da circulação e acessos à praia
- Utilização turística de forma sustentável
- Preservação/ conservação dos ecossistemas existentes

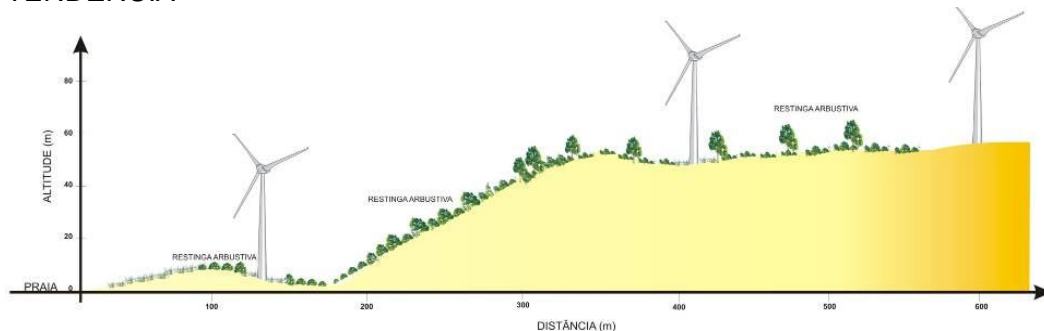
7.5. Unidade 3 – Lagoa da Pavuna – PERFIL 2 – Área Central

SITUAÇÃO ATUAL



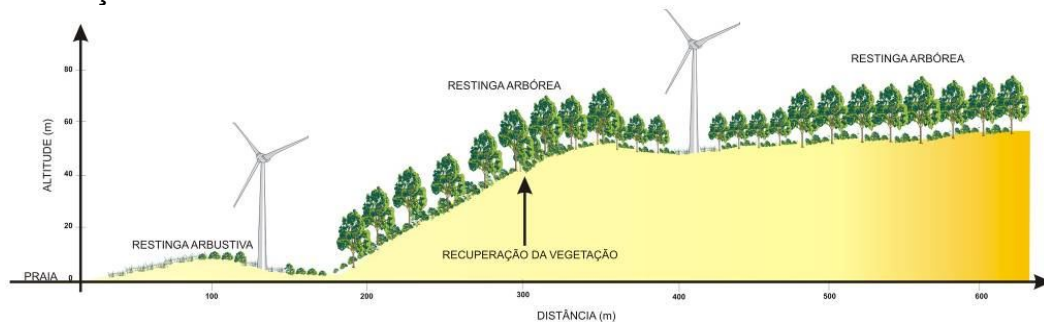
- Área não urbanizada
- Presença de micro dunas e vegetação herbácea fixadora de dunas
- Presença das torres eólicas com alteração da paisagem, aterramento de lagoas e degradação de dunas
- Circulação de veículos pesados na faixa de praia
- Dificuldade de circulação de pessoas e acesso à praia através da área de preservação permanente e de reserva legal

TENDÊNCIA



- Instalação de mais torres eólicas
- Degradação do meio ambiente e destruição de ecossistemas
- Privatização dos espaços públicos
- Desvalorização do potencial turístico
- Intensificação da presença de veículos na faixa de praia
- Aumento da restrição de acesso à praia

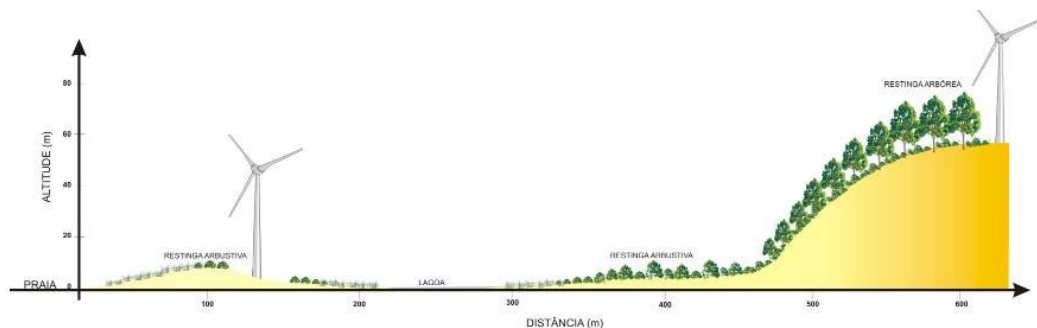
SITUAÇÃO DESEJADA



- Disciplinamento da utilização e ocupação dos espaços, da circulação e acessos à praia
- Utilização turística de forma sustentável
- Preservação/ conservação dos ecossistemas existentes

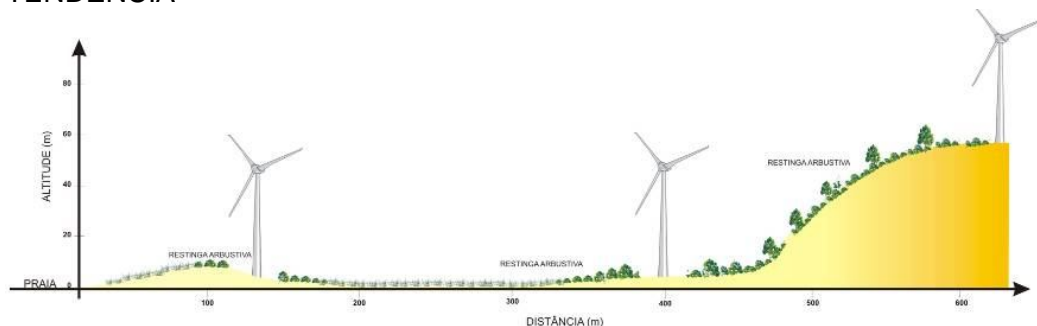
7.6. Unidade 3 – Lagoa da Pavuna – PERFIL 3 – Área Norte

SITUAÇÃO ATUAL



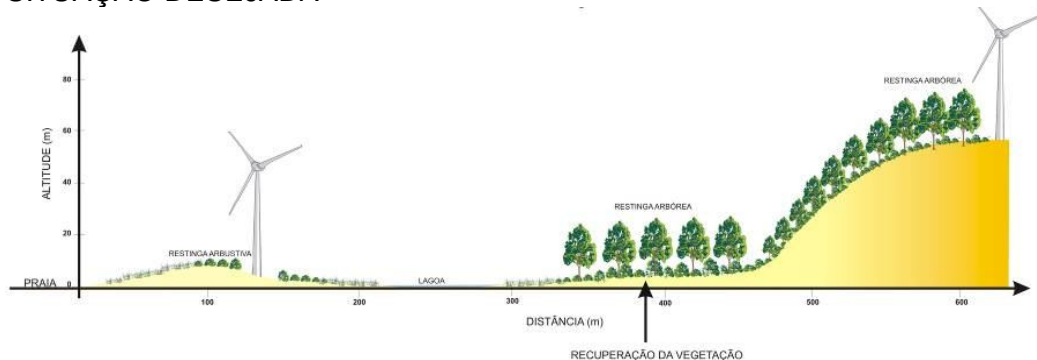
- Área não urbanizada
- Presença de micro dunas e vegetação herbácea fixadora de dunas
- Presença de lagoas ao pé da barreira e manguezais
- Presença das torres eólicas com alteração da paisagem, aterramento de lagoas e degradação de dunas
- Circulação de veículos pesados na faixa de praia
- Dificuldade de circulação de pessoas e acesso à praia através da área de preservação permanente e de reserva legal

TENDÊNCIA



- Instalação de mais torres eólicas
- Degradação do meio ambiente e destruição de ecossistemas
- Destruição das lagoas existentes
- Privatização dos espaços públicos
- Desvalorização do potencial turístico
- Intensificação da presença de veículos na faixa de praia
- Aumento da restrição de acesso à praia

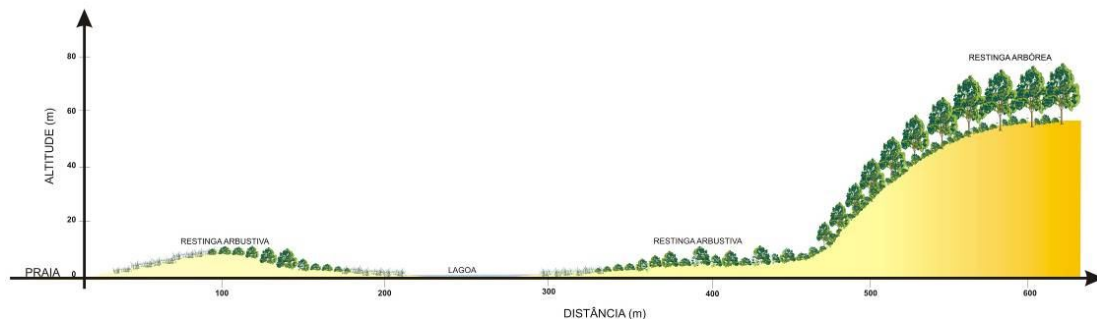
SITUAÇÃO DESEJADA



- Disciplinamento da utilização e ocupação dos espaços, da circulação e acessos à praia
- Utilização turística de forma sustentável
- Utilização da lagoa da Pavuna como atrativo turístico
- Preservação/ conservação dos ecossistemas existentes

7.7. Unidade 4 – Barra do Guaju – PERFIL 1 – Área Sul

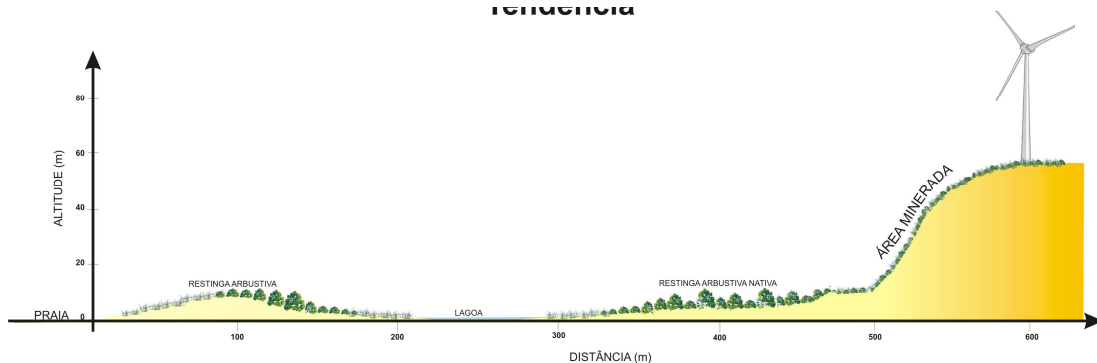
SITUAÇÃO ATUAL



- Área não urbanizada
- Existência de micro dunas e vegetação herbácea fixadora de dunas
- Tráfego de veículos na faixa de praia
- Área com cessão de uso para extração de minérios
- Dificuldade de acesso e circulação pela praia
- Fluxo turístico incipiente

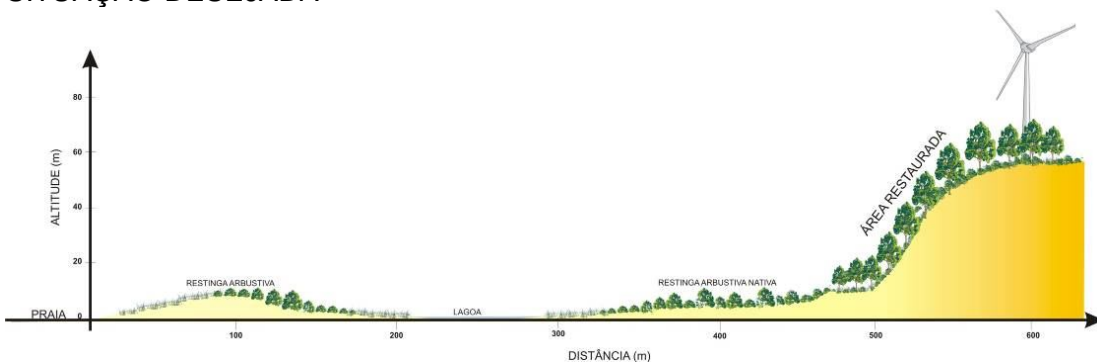
TENDÊNCIA

TENDÊNCIA



- Instalação de torres eólicas com alteração da paisagem nativa
- Aumento das restrições de circulação e acesso à praia
- Degradação do meio ambiente
- Intensificação da circulação de veículos na faixa de praia

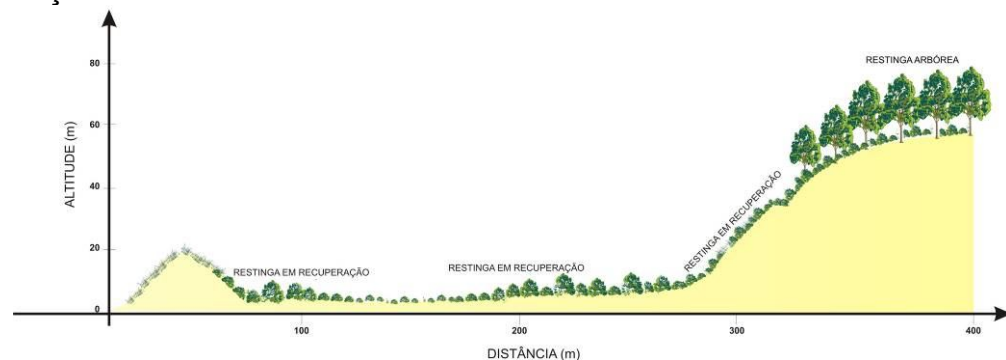
SITUAÇÃO DESEJADA



- Disciplinamento da utilização e ocupação dos espaços, da circulação e acessos à praia
- Utilização turística de forma sustentável
- Preservação/ conservação dos ecossistemas existentes

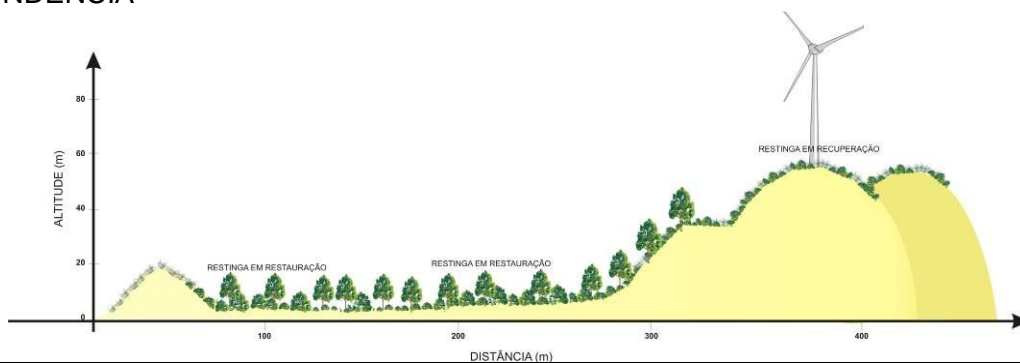
7.8. Unidade 4 – Barra do Guaju – PERFIL 2 – Área Central

SITUAÇÃO ATUAL



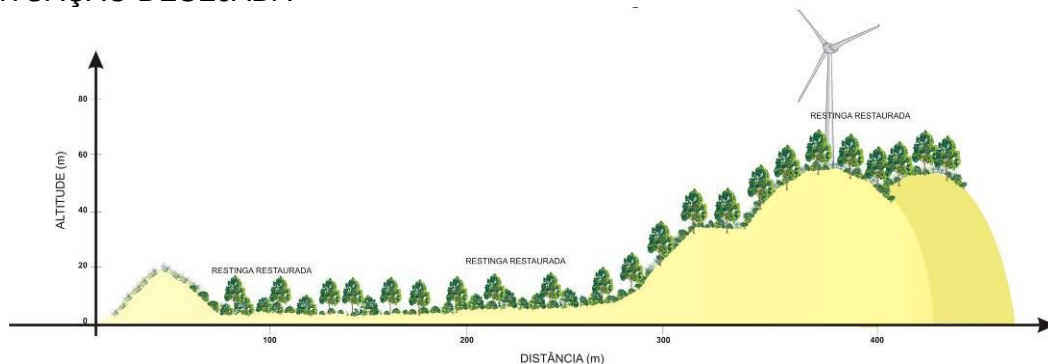
- Área não urbanizada
- Existência de micro dunas e vegetação herbácea fixadora de dunas
- Tráfego de veículos na faixa de praia
- Área com cessão de uso para extração de minérios
- Dificuldade de acesso e circulação pela praia
- Fluxo turístico incipiente

TENDÊNCIA



- Instalação de torres eólicas com alteração da paisagem nativa
- Aumento das restrições de circulação e acesso à praia
- Degradação do meio ambiente
- Intensificação da circulação de veículos na faixa de praia

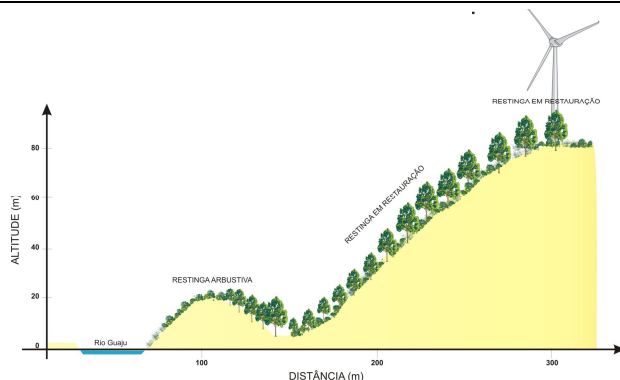
SITUAÇÃO DESEJADA



- Disciplinamento da utilização e ocupação dos espaços, da circulação e acessos à praia
- Utilização turística de forma sustentável
- Preservação/ conservação dos ecossistemas existentes

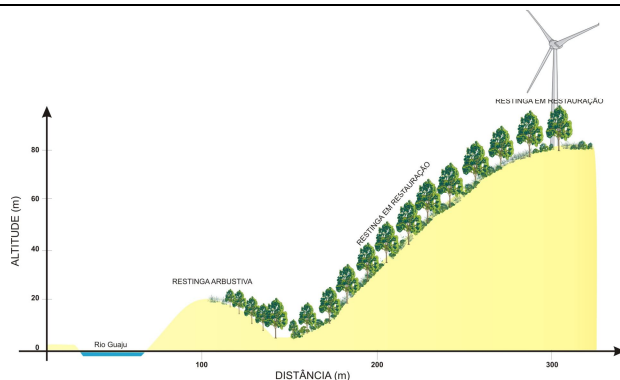
7.9. Unidade 4 – Barra do Guaju – PERFIL 3 – Área Norte

SITUAÇÃO ATUAL



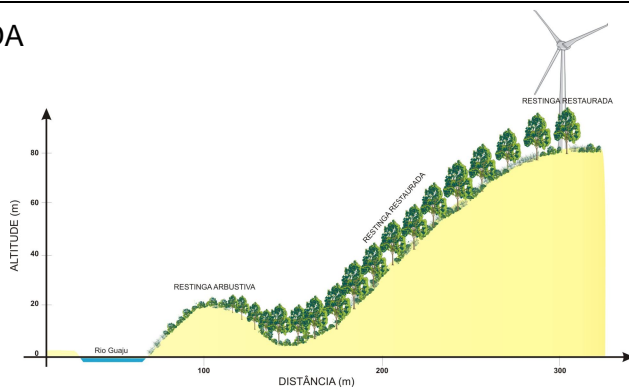
- Área não urbanizada
- Existência de micro dunas e vegetação herbácea fixadora de dunas
- Área com cessão de uso para extração de minérios
- Presença das torres eólicas com alteração da paisagem
- Dificuldade de acesso e circulação pela praia
- Fluxo turístico incipiente
- Utilização da barra do rio Guaju como balneário

TENDÊNCIA



- Degradação de dunas pela atividade de mineração
- Intensificação da utilização turística de forma precária
- Incremento do número de torres eólicas
- Aumento das restrições de acesso à praia

SITUAÇÃO DESEJADA



- Recuperação das áreas exploradas pela mineração
- Implantação de trilhas ecológicas para incremento do turismo
- Disciplinamento da utilização do espaço da barra do rio Guaju
- Instalação de suporte básico para dar condições de utilização turística do espaço de forma adequada e com segurança
- Disciplinamento da utilização e ocupação dos espaços, da circulação e acessos à praia
- Preservação/ conservação dos ecossistemas existentes

8. Ações e medidas – propostas de ação

Os quadros que se seguem detalham as ações e medidas a serem implementadas a partir dos problemas detectados em cada unidade da orla. Estes problemas comuns a mais de uma unidade foram agrupados já que as ações para sua resolução serão as mesmas..

Além das ações e medidas, estão registradas a sua finalidade, o tempo previsto para sua execução, além dos órgãos e entidades tanto do setor público quanto da sociedade civil responsáveis ou envolvidos para sua efetivação.

8.1. Problema: **Esgotamento sanitário no local sem tratamento adequado**

Unidade(s) envolvida(s): **Unidade I - Área da ARIE**

Ações e Medidas	Finalidade	Duração	Atores responsáveis/ envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> Elaborar Plano de Manejo para a ARIE 	<ul style="list-style-type: none"> Disciplinar a forma de utilização e ocupação do espaço da ARIE 	6 meses	Ong SOS Uçá, SPU, SUDEMA, IBAMA, Prefeitura, exploradores de quiosques
<ul style="list-style-type: none"> Captar fundos para elaboração do Plano de Manejo 	<ul style="list-style-type: none"> Viabilizar a elaboração do Plano 	1 mês	Gestor da ARIE, Prefeitura
<ul style="list-style-type: none"> Elaborar inventário/ diagnóstico sobre a produção e destinação de resíduos (efluentes domésticos) da área 	<ul style="list-style-type: none"> Qualificar e quantificar fossas e efluentes, cartografar pontos críticos existentes. Encontrar soluções para destinação dos resíduos de forma adequada 	6 meses	Ong SOS Uçá , exploradores dos quiosques, Prefeitura

8.2. Problema: - **Reflorestamento inadequado – com espécies exóticas**

Unidade(s) envolvida(s): **Unidade I - Área da ARIE**

Ações e Medidas	Finalidade	Tempo	Atores responsáveis/ envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> Coibir o plantio de espécies exóticas Promover a recuperação de espécies nativas nas áreas degradadas Vincular a concessão dos quiosques à responsabilidade de conservação das espécies nativas existentes na sua área de entorno 	<ul style="list-style-type: none"> Manter fluxo gênico das espécies nativas Preservar o valor paisagístico Manter os ciclos ecológicos 	Contínuo	Ong SOS Uçá, Prefeitura, órgãos ambientais, exploradores de quiosques, empresas

8.3. Problema: **Dificuldade de acesso a ARIE, para ônibus**

Unidade(s) envolvida(s): **Unidade I - Área da ARIE**

Ações e Medidas	Finalidade	Tempo	Atores responsáveis/ envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> Designar funcionário para controlar o fluxo de veículos (REALIZADO) Disponibilizar copia de chave para proprietários de pousadas e quiosques (REALIZADO) 	<ul style="list-style-type: none"> Normatizar o acesso de veículos grandes 	2 semanas	Prefeitura, Conselho Adm da ARIE
<ul style="list-style-type: none"> Inserir no Plano de Manejo, o disciplinamento do tráfego de veículos para a área 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer normas para utilização, circulação e conservação da área 	6 meses	Prefeitura, Conselho Adm da ARIE

8.4. Problema: **Ausência de recursos humanos para gestão da ARIE e o desenvolvimento do turismo**

Unidade(s) envolvida(s): **Unidade I - Área da ARIE**

Ações e Medidas	Finalidade	Tempo	Atores responsáveis/ envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> Promover a capacitação da comunidade local em educação ambiental e guias de ecoturismo Buscar parcerias com instituições de ensino superior e órgãos de fomento a pesquisa e projeto de desenvolvimento sustentável Solicitar da prefeitura designação de funcionários de apoio a gestão da ARIE (agenda paralela) 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o atual estado de conservação ambiental Fortalecer e ampliar a renda da comunidade Intercâmbio universidade/comunidade - para estagiários Elevar a condição socioambiental da comunidade Disciplinar a visitação da ARIE e fiscalizar a obediência às normas de ocupação e utilização 	2 anos	Prefeitura , Ong SOS Uçá, Comunidade, Estado, SENAR, SEBRAE, e órgãos do meio ambiente.

8.5. Problema: **Acúmulo de lixo no estuário do rio Camaratuba**

Unidade(s) envolvida(s): **Unidade I - Área da ARIE**

Ações e Medidas	Finalidade	Tempo	Atores responsáveis/ envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> Organizar ações conjuntas de coleta de lixo Realizar programa de educação ambiental junto aos moradores e visitantes Estabelecer multas para quem desrespeitar as normas 	<ul style="list-style-type: none"> Impedir dispersão de resíduos sólidos na área Preservar o valor paisagístico local 	Continua	Prefeitura , Ong SOS Uçá, Comunidade, SUDEMA, Conselho Adm da ARIE

8.6. Problema: Acesso precário à Barra de Camaratuba - feita por estradas de barro

Unidade(s) envolvida(s): **Unidade II – Barra de Camaratuba**

Ações e Medidas	Finalidade	Tempo	Atores responsáveis/ envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> Encaminhar ao governo do Estado solicitação para asfaltamento PB 065/061 (encaminhado) 	<ul style="list-style-type: none"> Permitir acesso rápido e seguro de moradores, visitantes e produtos 	2 semanas	Prefeitura , Gov do Estado, DER-PB

8.7. Problema: Infra-estrutura turística deficitária

Unidade(s) envolvida(s): **Unidade II – Barra de Camaratuba**

Ações e Medidas	Finalidade	Tempo	Atores responsáveis/ envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> Elaborar inventário / diagnóstico da infra-estrutura existente 	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer/ dimensionar as necessidades de infra-estrutura da área 	2 meses	Ong SOS Uçá, Prefeitura
<ul style="list-style-type: none"> Prospecção de estrutura /demanda para o futuro Elaboração de projetos para captação de recursos Conclusão do terminal turístico – palhoça /calçada /largo de São Pedro 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver atividades a economia local Manter a qualidade sócio ambiental da comunidade Melhorar o suporte ao turismo local 	1-3 anos	Prefeitura , Estado, agências de fomento, iniciativa privada
<ul style="list-style-type: none"> Elaborar projetos de sistema de esgotamento sanitário 	<ul style="list-style-type: none"> Eliminar a contaminação do lençol freático 	1 ano	Prefeitura , Estado

8.8. Problema: Iluminação pública deficiente no núcleo urbano (REALIZADA)

Unidade(s) envolvida(s): **Unidade II – Barra de Camaratuba**

Ações e Medidas	Finalidade	Tempo	Atores responsáveis/ envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da iluminação- trocar por lâmpada halógena Manter o sistema de iluminação pública em funcionamento 	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da segurança da comunidade Melhor circulação e uso dos espaços públicos 	Contínuo	Prefeitura

8.9. Problema: Insegurança na área

Unidade(s) envolvida(s): **Unidade II – Barra de Camaratuba**

Ações e Medidas	Finalidade	Tempo	Atores responsáveis/ envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> Solicitação de posto de segurança ao governo estadual 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a segurança da comunidade 	2 meses	Prefeitura , Estado

8.10. Problema: Ocupação/ utilização irregular das áreas do Patrimônio da UniãoUnidade(s) envolvida(s): **Unidade II – Barra de Camaratuba**

Ações e Medidas	Finalidade	Tempo	Atores responsáveis/ envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> Realizar o traçado da linha de preamar 	<ul style="list-style-type: none"> Ordenamento territorial 	6 meses	SPU
<ul style="list-style-type: none"> Realizar o cadastro de imóveis Montagem do Sistema de Informações Geográficas - SIG 	<ul style="list-style-type: none"> Regularização dos imóveis em área da União 	6 meses	SPU , Prefeitura

8.11. Problema: Dificuldades de acesso de pedestres à praiaUnidade(s) envolvida(s): **Unidade II – Barra de Camaratuba**

Ações e Medidas	Finalidade	Tempo	Atores responsáveis/ envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> Regularização fundiária e confecção do cadastro urbano Estabelecer adequado espaçamento entre os acessos à praia Colocar meio fio no arruamento, definindo o público e o privado 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o acesso de pedestres à praia Disciplinar o ordenamento do espaço urbano, seu uso e ocupação 	6 meses	Prefeitura, órgãos ambientais e SPU

8.12. Problema: Aterramento de lagoas, degradação de dunas e alteração da paisagem natural com a implantação das torres de energia eólicaUnidade(s) envolvida(s): **Unidade III – Lagoa da Pavuna**

Ações e Medidas	Finalidade	Tempo	Atores responsáveis/ envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> Realizar inspeção conjunta sobre as áreas em questão 	<ul style="list-style-type: none"> Comprovar ou não o dano ambiental 	Indefinido	IBAMA, SUDEMA, Ong SOS Uçá, Pacific Hydro, consultores do projeto
<ul style="list-style-type: none"> Demandar a apresentação das ações previstas no PCA – Plano de Controle Ambiental e PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Analisar as ações mitigadoras previstas para a área de forma a possibilitar a sua complementação 	15 dias	Prefeitura, Pacific Hydro, SUDEMA e empresa consultora

8.13. Problema: Poluição das lagoas por banhistas e usuários da áreaUnidade(s) envolvida(s): **Unidade III – Lagoa da Pavuna**

Ações e Medidas	Finalidade	Tempo	Atores responsáveis/ envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> Apresentar um projeto de educação ambiental Instalar coletores de lixo e placas de sensibilização 	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir o depósito de resíduos sólidos Manter a qualidade ambiental do local 	2 meses	Ong SOS Uçá, Prefeitura

8.14. Problema: *Cerceamento/ dificuldade de acesso e circulação à praia*

Unidade(s) envolvida(s): **Unidade III – Lagoa da Pavuna**

Ações e Medidas	Finalidade	Tempo	Atores responsáveis/ envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> Solicitar a retirada imediata de cercas que impedem o acesso à praia 	<ul style="list-style-type: none"> Permitir o livre acesso de todos, à praia 	2 meses	Millenium, Prefeitura, Pacific Hydro,
<ul style="list-style-type: none"> Elaborar plano de acessibilidade para a área 	<ul style="list-style-type: none"> Disciplinar a circulação e utilização do espaço 	2 meses	Prefeitura

8.15. Problema: *Falta de infra-estrutura turística no local*

Unidade(s) envolvida(s): **Unidade IV – Barra do Guaju**

Ações e Medidas	Finalidade	Tempo	Atores responsáveis/ envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> Construção de ponto de apoio turístico 	<ul style="list-style-type: none"> Sinalização do marco limite entre Estados 	1 ano	Prefeitura, SPU, SUDEMA

8.16. Problema: *Trafego de veículos pesados na beira mar para atividade mineral*

Unidade(s) envolvida(s): **Todas as unidades**

Ações e Medidas	Finalidade	Tempo	Atores responsáveis/ envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> Estudo do monitoramento das marés para o conhecimento de maior deposição arenosa. 	<ul style="list-style-type: none"> Determinar os pontos mais propícios para extração mineral sem comprometer toda faixa litorânea. 	1 Ano	Gemill, DNPM
<ul style="list-style-type: none"> Instalar placas de sinalização de advertência. 	<ul style="list-style-type: none"> Evitar acidentes 	60 dias	Gemill, DNPM
<ul style="list-style-type: none"> Instalar placas de identificação na área com numeração do título da lavra. 	<ul style="list-style-type: none"> Identificação da área de mineração. 	60 dias	Gemill, DNPM
<ul style="list-style-type: none"> Utilização de veículos de menor porte para o transporte da substância mineral. 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir o impacto ambiental causado por compressão do solo, ruídos e emissão de poluentes na atmosfera. 	6 meses	Gemill, DNPM
<ul style="list-style-type: none"> Instalar dispositivo sonoro de alerta nos veículos em operação na lavra. 	<ul style="list-style-type: none"> Evitar acidentes 	60 dias	Gemill, DNPM
<ul style="list-style-type: none"> Fiscalizar as condicionantes do licenciamento 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o cumprimento dos horários de funcionamento previsto no licenciamento 	60 dias	Gemill, DNPM, SUDEMA

9. Estratégias de Legitimação e implementação do Plano

O Plano de Gestão Integrada – PGI da Orla de Mataraca depois de discutido na Oficina II e feitos os ajustes e complementos necessários será encaminhado à Comissão Técnica Estadual - CTE e para a Comissão Nacional do Projeto Orla, para análise e aprovação.

A legitimação do Plano no município se dará através de Audiência Pública específica, com a apresentação da versão final e sua validação pelos presentes. Para esse momento serão convidados representantes do poder público municipal e de segmentos da sociedade civil além de outros órgãos e instituições parceiros.

Na ocasião da Audiência Pública será aprovada a criação do Comitê Gestor do PGI de Mataraca, instância fundamental para sua implementação o qual deverá ser formalizado através de instrumento legal específico. Caberá a administração local dar o apoio e as condições necessários para a instalação e funcionamento do Comitê Gestor.

Uma vez aprovado o Plano de Gestão Integrada deverá ser distribuída cópia junto aos órgãos e entidades do município, além dos parceiros e comunidade local, através de formato impresso ou mídia digital. Também deverá ser realizada uma divulgação ampla do Plano, junto à população, através de rádios, jornais, folders e outros meios de comunicação.

Além disso, o Comitê Gestor junto com a Comissão Técnica Estadual deverá programar uma série de eventos – oficinas, seminários e encontros – para divulgação do Plano, visando à participação de outros atores no processo de sua implementação

Relatórios de acompanhamento e avaliação serão elaborados pelo Comitê Gestor para registrar e avaliar as ações realizadas e comparar com as previstas no Plano. Os relatórios deverão ser semestrais e conter os seguintes dados:

- Especificação da ação e identificação do responsável;
- Cronograma previsto e executado;
- Indicação das ações incluídas e das excluídas;
- Análise de desempenho / resultados obtidos

Esses relatórios deverão ser encaminhados à Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla e a coordenação nacional.

10. Subsídios e meios existentes

10.1. Base legal existente

Nível Municipal (Instrumentos gerenciais e normativos locais):

(complementar – Prefeitura – Ivan – ONG)

Norma	Descrição
Lei nº	Lei Orgânica do Município
Lei nº	Plano Diretor
Lei nº	Código de obras
Lei nº	Lei de criação da ARIE

Nível Estadual:

Norma	Descrição
Constituição do Estado da Paraíba	
Lei nº 4.033/78	Dispõe sobre a criação da Superintendência de Administração do Meio Ambiente –SUDEMA
Lei nº 4335/81	Dispõe sobre a prevenção e controle da poluição ambiental e estabelece normas disciplinadoras da espécie
Lei nº 6.308, de 02/07/1986	Institui a Política Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos
Decreto nº 12.254, de 03/12/1987	Cria a Comissão Estadual do Gerenciamento Costeiro da Paraíba (COMEG-PB), e dá outras providências;
Lei nº 6.002, de 29/12/1994	Institui o Código Florestal do Estado da Paraíba;
Lei nº 6.960/01	Dispõe sobre a reposição florestal obrigatória e da outras providências.
Lei nº 7.507, de 12/12/2003	Dispõe sobre a instituição do PLANO ESTADUAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO e dá outras providências;

Plano de Gestão Integrada da Orla de Mataraca – PB – para aprovação na CTE

Norma	Descrição
Decreto nº 12.360/88	Dispõe sobre a Estrutura Organizacional Básica e o Regulamento da Superintendência de Administração do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos da Paraíba -SUDEMA/PB e da outras providencias
Decreto nº 12.965/89	Aprova o Regimento Interno da Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro
Decreto nº 13.529	Transfere a Presidência da Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro da Paraíba para a Superintendência de Administração do Meio Ambiente e da outras providencias.
Decreto nº 13.622	Transfere a Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro – COMEG-PB e sua Secretaria Executiva para a Superintendência de Administração do Meio Ambiente, e da outras providencias.
Decreto nº 21.119/00	Dispõe sobre aplicação de sanções administrativas pela SUDEMA e a inscrição em Dívida ativa das multas devidas à Autarquia.
Decreto nº 21.120/00	Regulamenta a Lei 4.335/81, modificada pela lei 6.757/99, que dispõe sobre a prevenção e controle da poluição ambiental, estabelece normas disciplinares da espécie, e da outras providencias.
Decreto nº 28.950/2007	Dispõe sobre a aprovação, manutenção, recomposição, relocação, condução da regeneração natural e compensação da área da reserva legal de imóveis rurais no Estado da Paraíba
Decreto nº 28.951/07	Da nova redação ao artigo 17 do Decreto n.21120e 20 de junho de 2000.

Nível Federal:

Norma	Descrição
Constituição Federal	
Decreto-Lei nº 9.760, de 5/11/1946	Dispõe sobre os bens imóveis da União
Lei nº 4.771/65	Institui o Código Florestal. (Modificada pela Lei Nº 7.803 de 1999).
Lei nº 6.513/77	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural.
Lei nº 6.766/79	Lei que estabelece o Uso e Ocupação do Solo Urbano.
Lei nº 6.902/81	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências
Lei nº 6.938/81	Lei que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente
Decreto nº 99.274/81	Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.
Lei nº 7.347/85	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.
Lei nº 7.661/88	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, e dá outras providências.
Lei nº 9.393/96	Dispõe sobre ITR, TDA e da outras providencias.
Lei nº 9.433/97	Lei que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Lei nº 9.636/98	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.
Lei nº 9.605/98	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Plano de Gestão Integrada da Orla de Mataraca – PB – para aprovação na CTE

Norma	Descrição	Norma	Descrição
Lei nº 9.785/99	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano).	Decreto nº . 6.660/08	Regulamenta dispositivos da Lei n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.
Lei nº 9.795/99	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.	Decreto nº 6.678/08	Aprova o VII Plano Setorial para os Recursos do Mar.
Lei nº 9.985/00	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.	Decreto nº 6.848/09	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto 4.340/02 para regulamentar a cobrança da taxa de compensação ambiental.
Lei nº 10.165/00	Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	Decreto nº 6.981/0	Regulamenta o art. 27, parágrafo 6, inciso I da Lei 10.683/03 dispendo sobre a atuação conjunta dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros
Lei nº. 10.257/01	Estatuto da Cidade. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providencias	NORMAM -13	Normas da Capitania dos Portos
Lei nº 10.267/01	Cadastro de imóveis rurais.	Resolução CONAMA nº 01/86	Estabelece critérios básicos e diretrizes gerais para o EIA/RIMA.
Lei nº.10.762/03	Lei que estabelece o Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica.	Resolução CONAMA nº 09/90	Dispõe sobre normas específicas para o licenciamento ambiental de extração mineral, classes I, III a IX
Lei nº11.107/05	Lei dos Consórcios Públicos	Resolução CONAMA nº 10/90	Dispõe sobre normas específicas para o licenciamento ambiental de extração mineral classe II
Lei nº. 11.428/06	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.	Resolução CONAMA nº 237/97	Dispõe sobre procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental e no exercício da competência, bem como as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental.
Lei nº. 11.445/07	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico	Resolução CONAMA nº 279/01	Dispõe de procedimentos simplificados para o licenciamento ambiental para geração de energia.
Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007	Altera legislação anterior e prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União	Resolução CONAMA nº 302/02 e 303/02	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente
Lei nº. 11.959/09	Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras	Resolução CONAMA nº 369/06	Dispõe sobre casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP.
Lei nº 10.406/02	Código Civil Brasileiro	Resolução CONAMA nº 371/06	Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o calculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei n. 9.985/00
Decreto nº 5300/01	Regulamenta a Lei n.7661/88 que institui o Plano Nacional de gerenciamento Costeiro		
Decreto nº 3.725/01	Regulamenta a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências.		
Decreto nº. 6.514/08	Regulamenta a lei de Crimes Ambientais.		

10.2. Base institucional local para as ações previstas

A base institucional da administração municipal que estará envolvida diretamente com as ações do Projeto Orla serão as seguintes:

- Gabinete do Prefeito
- Secretaria
- Secretaria
- Secretaria

10.3. Fóruns de decisão existentes no município

As instâncias locais de decisão que poderão contribuir no processo de implementação do PGI da Orla de Mataraca, são:

- Comitê Gestor do Projeto Orla
- Conselho de Desenvolvimento Municipal
- Câmara Municipal
- Outros Conselhos existentes no município

10.4. Bancos de dados e informações

O sistema de dados e informações sobre o núcleo urbano da orla do município de Mataraca é incipiente, carecendo da formação de uma base de dados com levantamento e registro de dados, de forma a subsidiar os projetos que deverão ser desenvolvidos a partir deste Plano de Gestão

Neste sentido a proposta inicial é que se faça uma atualização do Cadastro Técnico Imobiliário para que se tenha de forma atualizada e precisa um mapeamento da real situação fundiária e das formas de uso e ocupação do solo da área da orla do município.

10.5. Referências bibliográficas

BRASIL PROJETO ORLA: Manual de Gestão. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2006.

BRASIL. PROJETO ORLA: Fundamentos para Gestão Integrada da Orla – Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2006.

CPRM. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Mataraca, Estado da Paraíba. Organizado [por] João de Castro Mascarenhas et alli. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

IBGE. Estimativas de População. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1º de julho de 2009.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/PO2009_DOU.pdf>. Acesso em 25.04.2010.

IBGE: Censo Demográfico 2000. Brasília, 2001.

IDEME. Plano Diretor de Mataraca – IDEME-PB, 2000.

SUDEMA. Plano Estadual do Gerenciamento Costeiro – SUDEMA

Wikipédia. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mataraca>. Acesso em 14.set.2009

11. Cronograma geral

Este Cronograma foi elaborado a partir das ações e medidas discutidas pelo GT bem como os respectivos prazos de execução. Ele deverá ser ajustado e reprogramado a partir da avaliação e monitoramento que será realizado pelo Comitê Gestor do Plano quando da sua efetiva instalação.

Ações e Medidas / Meses		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1.	Elaborar Plano de Manejo para a ARIE, incluindo disciplinamento do tráfego de veículos																								
2.	Elaborar inventário/ diagnóstico sobre a produção e destinação de resíduos (efluentes domésticos) da ARIE																								
3.	Recuperar/ conservar as espécies nativas da ARIE	P	E	R	M	A	N	E	N	T	E														
4.	Parcerias e capacitações para gestão da ARIE e desenvolvimento do turismo																								
5.	Ações e capacitações para evitar lixo no estuário do rio Camaratuba	P	E	R	M	A	N	E	N	T	E														
6.	Elaborar inventário, diagnóstico, projetos da infraestrutura de Barra de Camaratuba																								
7.	Conclusão do terminal turístico de Barra de Camaratuba																								
8.	Melhoria e manutenção do sistema de iluminação pública de Barra de Camaratuba	P	E	R	M	A	N	E	N	T	E														
9.	Posto de segurança para Barra de Camaratuba																								
10.	Traçado da linha de preamar																								
11.	Cadastro de imóveis de Barra de Camaratuba																								
12.	Regularização fundiária e definição dos acessos à praia																								
13.	Colocação de meio fio no arruamento de Barra de Camaratuba																								
14.	Inspeção conjunta das áreas de lagoas aterradas e dunas degradadas																								
15.	Apresentação das ações do PCA e PRAD																								
16.	Projeto de educação ambiental para comunidade e usuários																								
17.	Plano de acessibilidade para a área da Lagoa da Pavuna – desobstrução do acesso à praia																								
18.	Construção de um ponto de apoio turístico na Barra do Guaju																								
19.	Instalação de placas de identificação e sinalização na orla e lavras																								
20.	Utilização de veículos de menor porte para transportar minérios na praia																								
21.	Fiscalizar as condicionantes de funcionamento das lavras																								

Obs.: Cronograma previsto para dois anos para as principais ações e medidas. Os números correspondem aos meses tendo como referência para início a Audiência Pública de aprovação deste Plano.

12. ANEXOS

12.1. O Projeto Orla em Mataraca

Oficialmente o Projeto Orla foi lançado no município no dia 8 de maio de 2009, numa solenidade realizada na Câmara Municipal, que contou com a participação da coordenação estadual do Projeto – SPU e SUDEMA – além de diversos órgãos e entidades estaduais e locais bem como representantes de diversos segmentos da sociedade civil.

Ainda em maio de 2009, entre os dias 20 e 22, foi realizada a I Oficina do Projeto Orla, que contou com a participação de representantes do setor público e sociedade civil, da coordenação estadual e do instrutor do Projeto. O evento aconteceu em Barra de Camaratuba na sede da ONG SOS Caranguejo Uçá, com o objetivo de apresentar a metodologia aos participantes e iniciar o processo de elaboração do Plano de Gestão Integrada – PGI. Na ocasião foi realizada visita de campo, definido o espaço objeto de intervenção e dado início a sistematização dos problemas de cada unidade da orla.

A partir daí, várias reuniões se sucederam, onde foram discutidos os problemas de cada unidade, as propostas ações e medidas de solução. Extensos debates foram realizados sobre diversos aspectos da orla e pactuações foram efetuadas. Elas constam dos quadros constantes do presente PGI.

Nos dias 12 e 13 de agosto aconteceu a II Oficina do Projeto Orla. A sistematização do trabalho até então desenvolvido foi apresentado, organizado em forma de quadros. As propostas os ajustes e correções

necessários foram apresentados. Atividades e tarefas foram distribuídas entre os participantes visando complementar com informações faltantes e necessárias para finalização do Plano.

Novas reuniões aconteceram após a realização da II Oficina, tendo a última ocorrido no dia 20 de novembro, com a proposição de fechar todas as pendências para finalização do projeto, o que não ocorreu. Após essa reunião, os participantes que ficaram de contribuir com material para o PGI assumiram o compromisso de remeter posteriormente ao instrutor, para que o mesmo pudesse então, ser finalizado.

Foi, portanto, um documento construído de forma coletiva. Não só na discussão dos problemas, na apresentação de propostas, mas também no levantamento de informações, na redação de textos, parágrafos, capítulos, na elaboração de perfis e mapas. Todos tiveram oportunidade de externar suas opiniões, contribuir com suas propostas, compartilhar o seu saber.

Ao instrutor coube a tarefa de coordenar as reuniões, com o apoio total da coordenação estadual – SPU e SUDEMA – do Projeto Orla., bem como a tarefa de sistematizar e produzir o documento final – o Plano de Gestão Integrada da Orla de Mataraca, para apresentação e aprovação na Audiência Pública prevista para este fim.

Esperamos que este trabalho venha efetivamente contribuir para o desenvolvimento sustentável da orla de Mataraca e para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

12.2. Relação dos participantes do processo de elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla de Mataraca

Adriano G da Silva	Morador e Pescador	George Ferreira de Paula	Bradesco S/A	Maria Nazaré P da Silva	Moradora
Alberto Augusto da Silva	Comunidade	Iraci de Oliveira	Pacific Hydro	Maria Salete de Medeiros	SPU-PB
Ana Cristina F de Carvalho	SPU-PB	Ivan Burity de Almeida	Pousada	Marília Lima de Sousa	Moradora
Anderson	Colônia e ONG	Jackson Ferreira	Prefeitura	Micarla Targino	Artesã ONG
Anderson Coelho Lucas	Gráfico, ONG	Jacildo Bezerra da Silva	Colônia Z17	P Cavalcanti da Cruz	Prefeitura
Angelina Maria Gomes M Pordeus	SUDEMA/GERCO	João Antônio Lira	Sindicato - Presidente	Paulo de Tarso C Dias de Araujo	Sec Educação
Ana Letícia Ribeiro da Costa	Moradora	José Antônio Lucas	Morador	Paulo Véio	Pescador
Anne S Leal Tomaz	AGEVISA	José Madeiro		Pedro Inácio da Silva	Colônia de Pescadores
Antônio Domingos	ONG Caranguejo Uçá	José Pequeno dos Santos	Sec de Turismo e Meio Ambiente	Rafael A de Almeida	IESP
Antônio José Miguel da Silva	Colônia Z12	José Ribeiro da Costa		Renan Jorge M Tibério	SPU-PB
Antônio Madruga da Silva	P M Mataraca	José Vilas Boas	Pacific Hydro	Roberta Cristina de Sousa	Sec de Tu e Meio Ambiente
Antônio Segundo	Comunidade	Josivaldo F Bezerra	Morador da Barra	Rogério Agripino Francisco	Morador
Ariosvaldo Aguiar	Instrutor	Juarez Ferreira de Paiva	Colônia de Pescadores	Romero Borborema S Filho	ONG Caranguejo Uçá
Arlindo Luiz da Silva	PEMEL - AGICAM	Juliana Neves Campos da Silva	IESP	Sandra Maria de Freitas	SPU-PB
Arnaldo Maia	DNPM	Kelyane Tomé	Prof Mataraca	Sérgio Guardião Pereira	ONG Caranguejo Uçá
Beatriz Klostermann Cavalcante	IESP	Lairton Lopes Lunguinho	ONG Caranguejo Uçá	Teixeira	Colônia de Pescadores
Braz Tavares da Costa	SPU-PB	Lindacy Fidelis da Silva	ONG	Thiago de Almeida Silva	Morador e Pescador
Belo Faustino dos Santos	Morador Pescador	Luana Coelho Lucas	Comunidade	Toró	Colônia Z17
Carlos Adalberto A Trindade	CREA-PB	Marilo Avelino Padilha	ONG Caranguejo Uçá	Valfran Inácio da Silva	Colônia de Pescadores
Célia da Conceição Santana	Pacific Hydro	Mãe Santa	Moradora da Barra	Vânia Monteiro	SEPLAG-PB
Claudeci Santana da Silva	Cristal Global	Manoel Alexandrino P Netto	SPU-PB	Vera Lúcia de Almeida Simões	IESP
Edna Santos de Lira	ONG Caranguejo Uçá	Marcela Padilha	Moradora da Barra	Verônica Silva Santos	SUDEMA/GERCO
Edson de Aguiar Almeida	SEPLAG-PB	Marco Vidal	IBAMA	Virgilio Gadelha Pinto	Cristal Global
Edson H Taniguchi	SPU-PB	Maria	ONG Caranguejo Uçá	Viviane de A Dantas	FAMUP
Edvaldo Soares de Avelar	Morador	Maria Betânia Matos	SUDEMA/GERCO	Welison A Silveira	SPU-PB
Emilene	ONG Caranguejo Uçá	Maria da Conceição Paiva da Silva	Moradora	Wagner de Assis Quintino	Pacific Hydro
Fernanda Almeida	Colônia de Pescadores	Maria de Fátima Costa de Sousa	Comerciante	Wellitania dos Anjos	ONG Caranguejo Uçá
Francinéia Almeida da Silva	Colônia de Pescadores	Maria Gorete Matos	SUDEMA/GERCO		
Francisco Zudson B Duarte	SPU-PB				

12.3. Registro fotográfico do processo de elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla de Mataraca



Lançamento do Projeto Orla – Representantes do município, SPU e SUDEMA
Foto: Ariosvaldo Aguiar – mai/09



Lançamento do Projeto Orla – Participação de entidades: setor público e sociedade civil
Foto: Ariosvaldo Aguiar – mai/09



Oficina I – Introdução à metodologia – Grupo de trabalho
Foto: Ariosvaldo Aguiar – mai/09



Oficina – Introdução à metodologia I – Grupo de trabalho
Foto: Ariosvaldo Aguiar – mai/09



Oficina I – Fala do Prefeito de Mataraca, João Madruga
Foto: Ariosvaldo Aguiar – mai/09



Oficina I – Introdução à metodologia – Participação da comunidade
Foto: Ariosvaldo Aguiar – mai/09



Reunião do GT de elaboração do PGI – Jogo do Projeto Orla
Foto: Ariosvaldo Aguiar – jun/09



Reunião do GT de elaboração do PGI
Foto: Ariosvaldo Aguiar – jul/09



Reunião do GT de elaboração do PGI

Foto: Ariosvaldo Aguiar - ago/09



Reunião do GT de elaboração do PGI

Foto: Angelina - ago/09



Oficina II – Versão preliminar do Plano de Gestão Integrada

Foto: Ariosvaldo Aguiar - ago/09



Oficina II – Versão preliminar do Plano de Gestão Integrada

Foto: Ariosvaldo Aguiar - ago/09